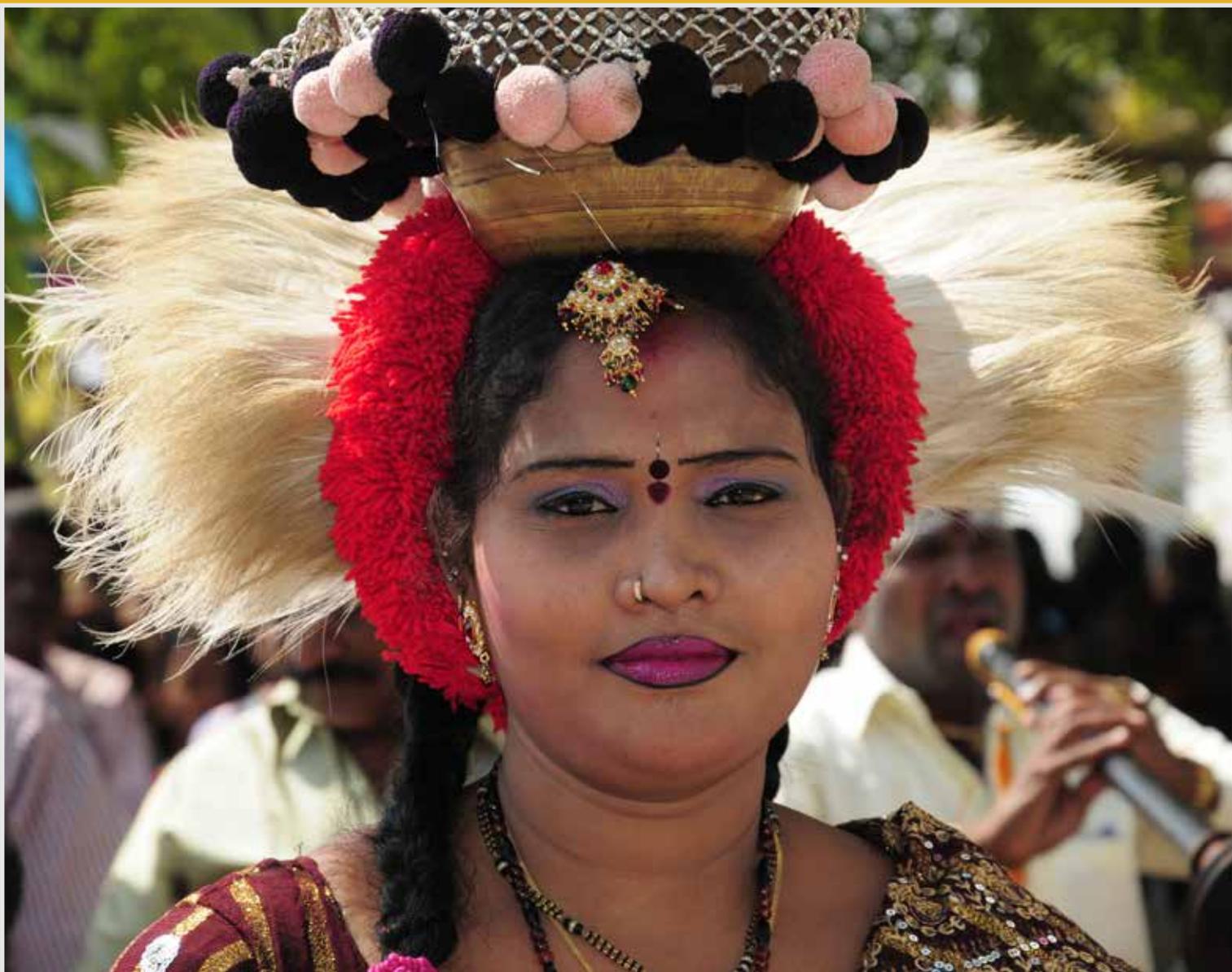


TOGA e Literatura

Revista cultural da Amapar
Outubro 2013 - #10



Artigos
Crônicas
Músicas
Pinturas
Poesias



Festival Pongal, Mellakottai.

Cláudio de Andrade

Impressões da Índia

Lembrar é um desafio. A memória individual é seletiva, mas ninguém se lembra sozinho. É preciso que a lembrança seja de várias pessoas, para que uma complete a memória da outra.

A história da magistratura paranaense também é um desafio. Assuntos oficiais estão em atas. Mas lembranças cheias de sentimentos e ressentimentos pontuam as conversas entre os magistrados. São reminiscências que devem ser registradas através de narrativas, crônicas, sonetos ou poesias, como o fizeram Malachini e Nelson França Pereira.

Colaborador da memória da magistratura paranaense, o imortal da Academia Paranaense de Letras Rui Cavallin Pinto invoca fatos pitorescos de um tempo vivido e ilustra-os com sua habilidade de artista plástico.

Em 2013 comemoramos os 30 anos da Escola da Magistratura do Paraná, o Centenário da Universidade Federal do Paraná e os 250 anos de nascimento de José Bonifácio de Andrade e Silva, o Patriarca da Independência.

A Escola da Magistratura do Paraná, sustentáculo da carreira de juiz, teve treze diretores-gerais, desembargadores e juizes. As dificuldades, a tensão e a oposição em tantos períodos não impediram que a Emap seja hoje referência nacional em qualidade de ensino.

A organização jurídico-administrativa foi determinante na agilidade da prestação jurisdicional do Tribunal de Alçada do Paraná, motivo de orgulho principalmente para os que o integraram.

Cid Campêlo rompeu a resistência dos desembargadores de sua época e filiou-se à Associação dos Magistrados do Paraná, inclusive participando da diretoria nas gestões de 1965/68 e 1969/72.

A capa é um *portrait*, um retrato, uma representação artística perfeita colhida pelo desembargador e fotógrafo Cláudio de Andrade, em suas andanças pela Índia, fotografando palácios, templos e passantes em preciosas imagens.

D. Pedro I aparece na pena abalizada de Munir Karam como um dirigente hábil, corajoso, precursor do estado de direito.

 **Chloris Elaine Justen de Oliveira**
Editora



EXPEDIENTE

TOGA E LITERATURA

Caderno Cultural da Associação dos Magistrados do Paraná

Fundada em 18 de fevereiro de 2008 – Resolução N.º 67/2008

Presidente da Amapar: Fernando Swain Ganem • **Diretora do Departamento de Memória e Arquivo e Editora:** Chloris Elaine Justen de Oliveira • **Jornalista Responsável:** Marco Medeiros - Drt/PR 3364 •

Edição, projeto e produção gráfica: M.Medeiros - Editora e Comunicação Ltda. • **Revisão:** Danda Coelho • **Tiragem:** 1500 exemplares • **Colaboração:** Rômulo Cardoso, Darbi Wolf, Caetano de Souza Lima, Mari Amaral, Alessandra Scremin, Leydiane Loiola e Jeremy Wu • **Fotos:** Arquivo Pessoal.

Associação dos Magistrados do Paraná - Amapar

Palácio da Justiça - 9º andar - Centro Cívico - 80.530-912 - Curitiba - PR -
Telefones: (41) 3017-1600 e 3017-1601.

A Revista **Toga e Literatura** não pode ser reproduzida, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa autorização de seus editores.



Meus amigos, é com muita satisfação que apresentamos a Revista Toga e Literatura de nº 10, graças ao bom trabalho da professora Chloris Elaine Justen de Oliveira, incansável na manutenção da memória do Poder Judiciário paranaense.

Nesta edição, podemos conhecer um pouco da vida do des. Cid Campêlo, vindo das terras do Piauí para o nosso Estado, onde brilhou e honrou sua toga de magistrado, deixando como legado alguns bons pensamentos que falam sobre sinceridade e essência das nossas ações, no que muitas vezes deixamos de prestar a devida atenção, por interesses outros de menor importância.

Também nos traz sobre a vida de outro personagem, o dr. João Theophilo Gomy Junior, pai de cartorária e aluno da primeira turma de Direito da Universidade Federal do Paraná, que completou 100 anos de história recentemente.

E ainda tem o artigo do nosso diretor do Departamento de Aposentados, des. Munir Karam, sobre a influência do império em nossa justiça, bem como a entrevista do magistrado e professor Ricardo Augusto Schmitt, sobre a carreira do juiz.

Em contraponto à figura sisuda do juiz, o dr. Rui Cavallin Pinto escreve sobre a cultura do riso em nosso país e como a magistratura a revela em seus julgamentos proferidos em versos.

Para não deixar pra trás a nossa história, vale a pena novamente comemorar os 30 anos da Escola da Magistratura do Paraná, referência nacional e que vem desempenhando extraordinário papel perante a sociedade paranaense, tanto na formação e aperfeiçoamento de juízes, como na preparação para a carreira. Ficam nossas congratulações aos magistrados diretores e ex-diretores da Emap, todos os professores e colaboradores que fizeram dessa entidade uma das mais brilhantes do país.

Por último, temos a lembrança do antigo Tribunal de Alçada do Paraná e a luta pela sua extinção, luta da qual participaram grandes nomes da nossa magistratura, como o des. Clayton Coutinho de Camargo, ex-presidente do Tribunal de Justiça, e os desembargadores já aposentados Josué Duarte Medeiros e João Luís Manassés de Albuquerque. Foi na gestão deste último como presidente daquele tribunal, que a unificação se concretizou com a promoção dos seus juízes ao cargo de desembargador.

Para finalizar esta edição, trazemos poesias dos magistrados Edson Ribas Malachini e Nelson França Pereira, o Biro-Biro e, por último, as belas e impressionantes imagens da Índia focadas pelo desembargador, também fotógrafo, Cláudio de Andrade.

Boa leitura a todos.



Fernando Swain Ganem
Presidente da Amapar
Gestão 2012-2013



6
**"JULGAR...
 A MAIS SUTIL
 DAS ARTES"**
 Cid Campêlo
 *1896+1979



24
**REFLEXÕES SOBRE A
 CARREIRA DE JUIZ**



10
**SONHOS EM
 REALIDADE**
 João Theophilo
 Gomy Junior



28
**O RISO E O
 VERSO NO
 TRIBUNAL**



16
**O IMPÉRIO
 E O DIREITO**
 190 anos de
 Independência



32
REFERÊNCIA
NACIONAL

ÍNDICE



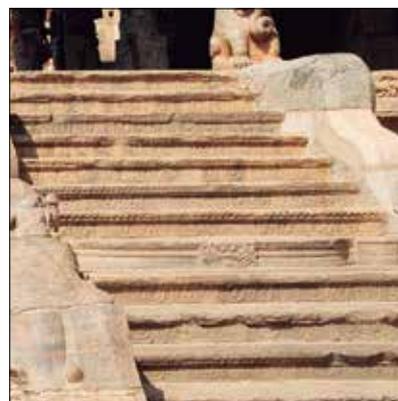
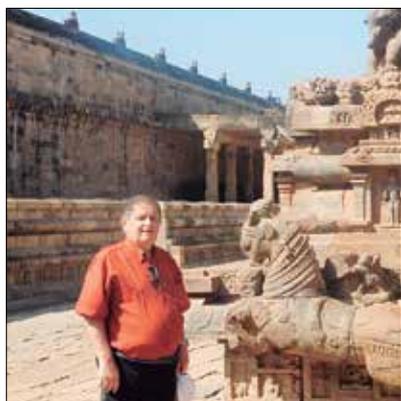
42
HISTÓRIA E
MODERNIDADE
35 anos do
Tribunal de Alçada
do Estado do
Paraná

Pintores
Guilherme Matter
Theodoro de Bona
Érico da Silva

48
EDSON RIBAS
MALACHINI

52
NELSON
FRANÇA
PEREIRA

57
IMPRESSÕES
DA ÍNDIA



“Julgar... a mais sutil das artes”

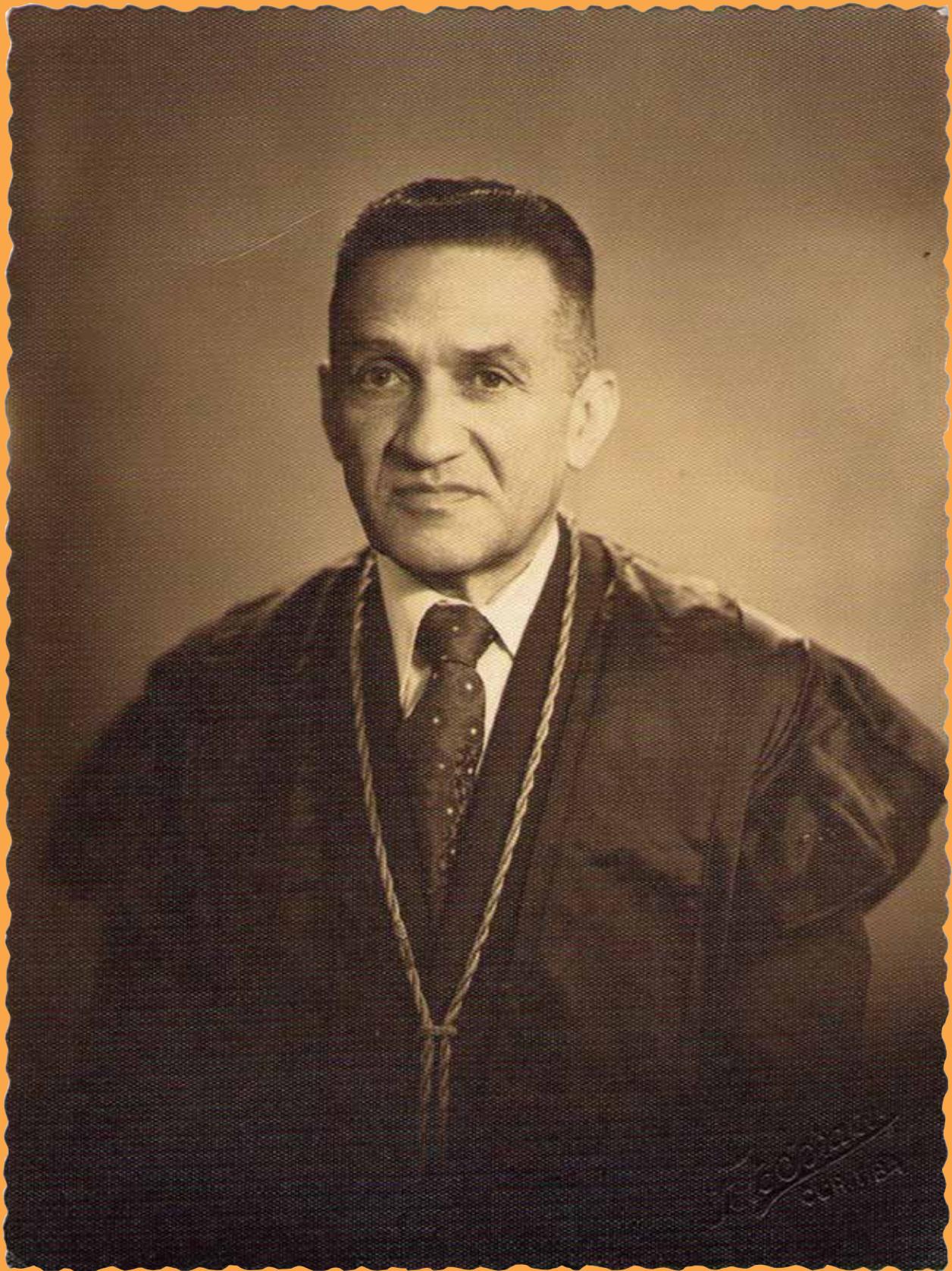
*Cid Campêlo *1896+1979*

Hoje rememoramos Cid Campêlo, após 117 anos de seu nascimento. Orador, intelectual, pensador, agiu sempre com dignidade e sabedoria em todas as funções que ocupou fosse de magistrado, deputado federal ou secretário de Estado, deixando aos pósteros um legado de bons exemplos.

O des. Cid Campêlo participou das primeiras diretorias da Amapar, de 1967 a 1970. Mesmo afastado da lide forense, aposentado, prestigiou a Associação dos Magistrados do Paraná como conselheiro e vice-presidente. Naqueles primeiros tempos, manter uma associação classista era difícil e politicamente complicado. Sabia-o bem, pois fora presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná em 1949. Mesmo assim, prontificou-se a colaborar com seus colegas de toga, Antônio Franco Ferreira da Costa e Edmundo Mercer Júnior.

Natural de Teresina (PI) chegou ao Paraná em 1921, aos 25 anos, para exercer a função de promotor público em Palmas. Cinco anos depois foi nomeado juiz de direito da Comarca de Paranaguá, onde permaneceu por 12 anos até sua promoção para a Capital. Em 1940 foi alçado ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do

*“Julgar não é menos
que uma arte. Talvez
seja a mais sutil das
artes. Por isso mesmo,
a quem a executa
é indispensável o
exercício continuado,
um hábito paciente,
com estudo, com
dedicação, conhecer-
lhe os menores
segredos, para que
venha a ser nela
insigne”.*



Toga e literatura

Des. Francisco Cunha Pereira, des. Isaías Beviláqua, des. Cid Campelo, des. Cotário Portugal, des. Antônio Martins Franco, jornalista Paulo Tacla, des. Antônio Leopoldo dos Santos, des. Leonel Pessoa da Cruz Marques e procurador geral Brasil Pinheiro Machado.



Estado do Paraná. Corregedor de Justiça em duas gestões, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, aposentou-se em 1954 e ingressou na política. Elegeu-se deputado federal e passou a residir no Rio de Janeiro. No governo de Bento Munhoz da Rocha Neto foi escolhido secretário de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social.

Cultor da língua e da gramática portuguesa, leitor assíduo das obras de Rui Barbosa, Tobias Barreto, Manuel Bernardes, Padre Vieira e de memória prodigiosa, citava em seus discursos e nas conversas diárias longos trechos ou simples aforismos, principalmente este último, seu preferido. Costumava brindar filhos e familiares com interessantes questionamentos em gramática, fonética ou mesmo questões jurídicas. Era uma forma de manter-se ativo e, ao mesmo tempo, ensinar os mais jovens, verificando seu conhecimento. Professor renomado, por 26 anos lecionou Direito Penal e Direito Internacional Público na Faculdade de

“Entre o juiz e o advogado há uma diferença, o advogado vê um lado da questão e o juiz vê igualmente ambos: o advogado quando contrata a causa já a julgou, o juiz julga-a no fim”.

“Lembro-me bem e nunca poderei esquecer seus olhos bem claros, colocados sobre mim, como a procurar dizer que nunca esquecesse as lições que me dera como professor, amigo, colega e, sobretudo, pai”.





Curitiba, 09 de abril de 1938 - Visita do dr. Carlos Maximiliano, Ministro do Supremo Tribunal Federal, ao Tribunal de Apelação do Paraná. Ladeado do des. Clotário Portugal, presidente do Tribunal, e do dr. Gonçalves da Mota, Interventor Interino do Estado, presentes ainda os desembargadores Hugo Simas, vice-presidente, Antonio Franco Ferreira da Costa, Isaias Bevilaqua, Leonel Pessôa, Antonio de Paula, Antonio Leopoldo e Manoel Lacerda Pinto, procurador-geral; os Juizes de Direito drs. Paulo Monteiro, Cunha Pereira e Cid Campêlo; o dr. Martins Gomes, secretário da Ordem dos Advogados e vice-presidente do Instituto dos Advogados e o dr. Toscano de Brito, secretário do Tribunal.

“Para atingir o Bem, convém que se meçam os passos. A primeira e essencial medida é a sinceridade. Sem ela nada se construirá de útil e duradouro. O aperfeiçoamento moral da humanidade, educada dentro dos preceitos cristãos, tem por obrigação fazer dela uma norma”.

“O homem vale pelas ações. Não é o posto que o eleva. Nem, igualmente, o sangue. Aquilo que pratica é o que lhe dá essência”.



Direito de Curitiba e na Pontifícia Faculdade Católica do Paraná.

Diariamente, enquanto a saúde lhe permitiu, ia à Rua XV de Novembro, na Boca Maldita, conversar com os amigos, tomar um cafezinho e encontrar seu filho, o advogado José Cid Campêlo, cujo escritório ficava nas proximidades. Possuía cadernos manuscritos, um com pensamentos de Rui Barbosa, outro com frases latinas e, ainda, outro com anotações próprias. Lúcido, os livros o acompanharam até o fim de seus dias. Faleceu aos 83 anos.

Magistrado aposentado em 1955, participou da primeira diretoria da Associação dos Magistrados Brasileiros. Durante os anos de 1965 a 1968, na gestão de Antônio Franco Ferreira da Costa foi membro do Conselho Fiscal da Associação dos Magistrados do Paraná e, em 1969/70, vice-presidente da entidade, na gestão Edmundo Mercer Júnior.

É patrono do Fórum de Palmas e do Fórum Eleitoral de Pato Branco.

Sonhos em realidade

João Theophilo Gomy Junior

Clotilde Gomy Ribeiro foi cartorária da Justiça paranaense, titular do 3.º Ofício de Registro de Imóveis de Curitiba, durante 34 anos. Era uma mulher miúda, aparentemente frágil, mas enfrentou os rigores do cargo com firmeza e competência. Nascida em 1913, assumiu a função em 1947. Aposentou-se aos 70 anos e faleceu no ano de 2000.

Seu pai, João Theophilo Gomy Junior, bacharel na primeira turma da Faculdade de Direito do Paraná, era um homem de personalidade forte, rigoroso nas atitudes, orador de nomeada, tendo ocupado cargos em diversas legislaturas. Foi eleito vereador, deputado estadual, federal e secretário de Estado. Exerceu todos os cargos com dignidade, firmando a imagem de homem público íntegro que engrandeceu o Estado e orgulhou sua descendência.

Este opúsculo, entregue por seu neto, o engenheiro Gilson Gomy Ribeiro, remonta um pouco da história do Paraná e de Curitiba em meados do século XX. É uma colaboração da família para integrar os estudos da delineação do perfil do homem paranaense.

Foi um homem que viveu o seu tempo sintonizado com todos os princípios de cidadania e respeito, herdados certamente de seus pais João Theophilo Gomy e Clotilde Caillet Dellez Gomy. João Theophilo Gomy Junior, nascido curitibano em sete de abril de 1887, soube ordenar sua vida pondo à frente a constância, senão a teimosia do seu trabalho para concretizar ideais. Ou para transformar sonhos em realidade, sem se perguntar - ao se olhar nas manhãs no espelho - do que seria capaz de fazer nos próximos 50 anos.

Assim foi a vida de João Theophilo Gomy Junior, cuja carreira pública teve seus primeiros passos logo após ter-se diplomado pela Escola Normal do Estado do Paraná, com a nomeação, em junho de 1907, para a função de Mestre-Escola na Vila de Entre - Rios, no município de Palmeira.

Seis meses de aprendizado no exercício dessa função, o capacitaram para ser removido e promovido para o magistério no Grupo Escolar Jesuíno Marcondes, na sede do mesmo município. O jovem mestre se impunha pelo rigor de sua disciplina, e sua aptidão, reconhecida para fora das fronteiras palmeirenses, fez com que fosse convidado, em abril de 1912, para exercer o magistério em Curitiba, inicialmente no Grupo Escolar Professor Brandão e, posteriormente, no Grupo Escolar Barão do Rio Branco.



Toga e letteratura

Na primeira década de século XX, principalmente em meio às lideranças políticas e empresariais, bem como da intelectualidade curitibana, fervilhava um ideal do movimento liderado em 1892 por José Francisco da Rocha Pombo, no sentido de implantar em Curitiba uma universidade. Esse ideal se concretizou em dezembro de 1912, graças à liderança de Fernando Moreira, João Pamphilo de Assumpção, Victor Ferreira do Amaral e Nilo Cairo, surgindo daí a Universidade do Paraná, tornada depois Universidade Federal do Paraná que, em dezembro de 2012, completou 100 anos de existência.

João Theophilo Gomy Junior viu aí a oportunidade de alçar voo para novos rumos em seu projeto de vida. Assim, no ano seguinte matriculou-se na primeira turma do curso jurídico, denominado Ciências Jurídicas e Sociais, tendo colado grau de bacharel em Direito em dezembro de 1917. Nessa primeira turma formaram-se os primeiros 12 bacharéis em Direito da Universidade do Paraná que, por sinal, prestaram relevantes serviços em cargos da administração pública sendo consagrados na carreira jurídico-acadêmica.

João Theophilo dividia seu tempo entre os estudos e o exercício das novas funções para as quais fora nomeado em dezembro de 1915: as de Delegado da Superintendência do Ensino Público do Paraná. Em janeiro de 1917, ainda na condição de bacharelado, foi nomeado Promotor Público da Comarca de Palmeira e, em março de 1918, foi nomeado Inspetor Escolar do Distrito Judiciário de Palmeira.

Em agosto do ano seguinte, no cargo de Promotor Público, foi transferido da Comarca de Palmeira para a Comarca de Foz do Iguaçu, o que não o agradou, pois não servia como passaporte ao seu projeto de vida. Preferiu pedir demissão do cargo.

Em outubro de 1920, foi nomeado Promotor Público da Comarca de Porto União, em Santa Catarina, por ato do então governador





daquele Estado, Hercílio Pedro da Luz. Não chegou a completar um ano em seu novo cargo quando pediu exoneração, passando a residir em União da Vitória, no Paraná, onde abriu uma banca de advocacia.

União da Vitória seria, por sinal, seu domicílio por um longo período de 30 anos e foi lá que exerceu diversos cargos, inclusive o seu primeiro cargo público. Em junho de 1924, foi eleito para ocupar uma das cadeiras na Câmara Municipal de União da Vitória, tendo ocupado inclusive a Presidência daquela Casa de Leis. Em outubro do mesmo ano, por ato do juiz de Direito Aristógenes Correa de Bittencourt, foi nomeado Promotor Público Interino daquela Comarca. Um período curto essa interinidade, pois em janeiro de 1925 foi efetivado no cargo por decreto assinado pelo então governador Caetano Munhoz da Rocha. Em maio de 1927 deixou o cargo para assumir a titularidade da Delegacia Regional de Polícia, em União da Vitória; um ano depois, mais exatamente em abril de 1928, retornou ao cargo de Promotor Público no mesmo município.

Por essa época, João Theophilo Gomy Junior já tomara gosto pela política, escudado na sua experiência na vida pública, em cujo meio nutriam a essência e a disposição de causas e casos políticos. Nada se lhe escapava do turbilhão e da efervescência política dos tempos de Getúlio Vargas. Não lhe agradavam os caminhos de então. E nisso pensava em voz alta. Assim ocorreu o esperado: em 14 de março de 1930, em face do seu envolvimento político com o movimento que eclodiu para conduzir Getúlio Vargas ao poder, foi sumariamente demitido do cargo de Promotor da Comarca de União da Vitória. E na continuidade, junto com outros dezoito cidadãos daquela região, foi levado para o presídio de Pedra Grande, em Florianópolis, onde ficou detido, pesando-lhe uma velada ameaça de fuzilamento. Contudo, foi curto o seu período prisional.

Retornando ao Paraná, em junho de 1934,



é nomeado membro do Conselho Consultivo do Município de União da Vitória e, logo em seguida, em julho de 1934, é nomeado Promotor Público Interino da Comarca de União da Vitória, pelo juiz de Direito Eduardo Xavier da Veiga.

Decidiu-se, entretanto, a enveredar pela carreira política e em 14 de outubro de 1934 foi eleito Deputado à Constituinte do Estado do Paraná pelo Partido Social Democrático, PSD,

do qual foi líder da bancada por indicação do interventor Manoel Ribas. Não completou, contudo, o seu mandato, pois com a Ditadura do Estado Novo, de Getúlio Vargas, perdeu os direitos conquistados nas urnas.

Não abandonou, porém, seus ideais políticos. Candidatou-se a Deputado Federal pelo Partido Social Democrático do Paraná e, em 31 de janeiro de 1946, assumiu sua cadeira na Câmara Federal, quando ocupou a liderança da bancada paranaense. No ano seguinte, em março, foi nomeado pelo então governador Moysés Lupion, Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Segurança Pública. Em 28 de fevereiro de 1948 voltou a ocupar sua cadeira na Câmara dos Deputados, onde com outro parlamentar paranaense que mais tarde seria eleito Governador do Estado do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto, lutou bravamente para que terras do extinto Território Federal



do Iguassu, voltassem a fazer parte do território do Paraná.

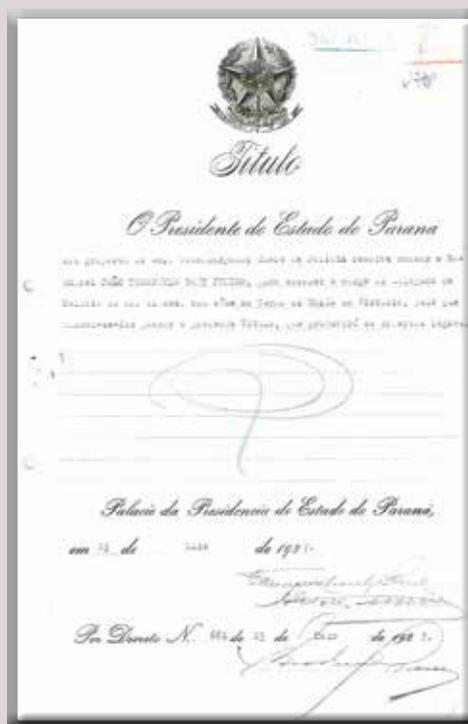
Não tendo sido reeleito para o cargo de Deputado Federal, cumpriu seu mandato até o final de janeiro de 1951, quando resolveu encerrar a carreira política, dedicando-se à leitura e aos escritos, recolhendo-se mais às atividades da vida familiar.

Uma última função, no entanto, estava reservada para ele: em 16 de junho

de 1958, o então governador Moysés Lupion o nomeou para as funções de presidente da Comissão de Levantamento Administrativo-Patrimonial do Estado.

João Theophilo Gomy Junior era casado com Anita de Andrade Gomy, com quem contraiu matrimônio em 29 de janeiro de 1910, na cidade de Palmeira. Dessa união nasceram Clotilde, Ione e Ofélia, amáveis filhas que souberam dedicar um respeito especial a seu pai, a quem sempre recorriam nas horas difíceis e recebiam dele, não uma sentença, mas sim um apoio incondicional e afetivo. E soube encaminhá-las.

Coincidentemente com a data de seu casamento, João Theophilo Gomy Junior faleceu em Curitiba, no dia 29 de janeiro de 1959. Tinha 71 anos. Ao partir, seu livro de contabilidade espiritual não continha rasuras. Nem débitos. Não deixou apenas a verdade do dever cumprido, mas também um odor de saudade.



TRIBUNAL REGIONAL DE JUSTIÇA ELEITORAL
DO ESTADO DO PARANÁ



= **DIPLOMA** =

Conferido, nos termos do artigo
95, do Código Eleitoral, ao senhor

*Doutor João Theophilo
Gomy Junior*

eleito, em 14 de Outubro de 1934,
deputado à Assembléa Consti-
tuente do Estado do Paraná.

Tela a óleo sobre
a Independência
do Brasil, de
François-René
Moreaux.

O Império e o Direito

190 anos de Independência



Por Munir Karam

O Império brasileiro nasceu com a proclamação da Independência e findou com o advento da República, formando um arco de 67 anos. Em termos de população e de extensão geográfica foi um dos maiores na história da humanidade.

Esse período talvez não seja suficientemente valorizado pelos contemporâneos, que não percebem toda essa grandiosidade em sua extensão histórica. O conceito de Império traz em si a ideia de uma imensa porção territorial. Mas, para além disso, nessa base física habitam povos com diferenças étnicas e culturais. É

necessária a presença de elementos agregadores, como o de um poder centralizador forte, na figura do monarca. No caso do Brasil, tivemos ainda a unidade da língua, da religião e, porque não dizer, de uma incipiente mas importante formação jurídica, o amor precoce pelo Direito.

Pelo estudo da evolução das leis, que regulam as relações entre governantes e governados, haveremos de conhecer (e compreender) a história das instituições, que foram escritas por juristas que com frequência tiveram um envolvimento prático direto nos negócios do Estado.

O Império brasileiro chegou formalmente com a Independência. É a data que sintetiza



com mais grandeza o espírito de brasilidade. Nada a iguala em magnitude. O amor da independência não é por certo privilégio de nenhum povo, mas é a característica fundamental da nossa gente. Este momento histórico foi o epílogo para o qual concorreram inúmeras personalidades, mas o grande herói, aquele sobre o qual recaíram todas as responsabilidades, que teve que superar um conflito familiar e renegar os laços de sua origem, se me permitem dizer, foi D. Pedro I.

Em especial, o Império foi um período marcante, que se enraizou no coração e na memória dos paranaenses.

O Paraná é um Estado bastante novo, que

mal completou seu sesquicentenário de emancipação política. Mas foi uma das duas únicas Províncias criadas por decreto ao tempo do Império, em 29 de agosto de 1853, logo após a do Amazonas.

Esta decisão imperial já antecipava a previsão de D. Pedro II das potencialidades paranaenses e da importância para o Brasil de se criar uma nova unidade federativa, desmembrada de São Paulo.

Não vou elencar as contribuições do governo imperial para a recém-criada província paranaense, onde tantos vultos eminentes se projetaram, transformando em realidade aquela visão grandiloquente de D. Pedro II para



D. Pedro I, por volta do mesmo período da Constituinte de 1823.

essas paragens. No dizer de David Carneiro, em sua obra *História do Período Provincial do Paraná, “entre 1853 a 1889, pois, o Paraná gozou em toda a sua plenitude uma felicidade coletiva perfeita, obtendo as coisas necessárias à sua existência e ao seu desenvolvimento de forma paulatina e sem maiores sobressaltos”*. Os sofrimentos, as angústias e as ansiedades surgiram apenas após a revolução republicana, com o advento das lutas civis.



**D. Pedro I, 1830, por
Simplicio Rodrigues de Sá.**

Essas raízes imperiais continuam a alimentar nossa história e a sua lembrança não é apenas uma reverência ao passado, mas sim a fixação do que não passou. É a presença contínua do que se perenizou na natureza imutável das coisas. O tesouro que ficou depois de tudo o que o tempo levou ou colocou à margem dos acontecimentos.

Sempre tive uma admiração muito grande pela figura de D. Pedro I.

O príncipe rebelde e romântico, que se recusou a retornar a Portugal a mando de seu pai soberano e, quando a isso compelido, à beira do riacho Ipiranga, deu o grito que há muito tempo estava entalado na garganta dos brasileiros: Independência ou Morte !

Não foi um gesto impetuoso, instantâneo, irresponsável ! Foi a formalização de uma independência talhada pelos elementos históricos da época, ao sopro da vocação irresistível da autodeterminação política do povo. Sob os céus da América só havia um clima, o da Liberdade, o da supressão de todas as formas de dominação. Foi o ato final de um processo que vinha sendo caldeado penosamente ao longo do tempo, objeto de lutas cruentas. D. Pedro I teve noção do momento histórico e a coragem para romper os laços com Portugal. Não se

escrevia mais a história do colonizador nas Américas, mas a história de um gigante que nascia. O Brasil passou a ser senhor do seu destino, não mais objeto, senão sujeito da história.

Movimentos nativistas haviam eclodido no século XVIII e no início do século XIX para a libertação da Colônia, como a Inconfidência Mineira de 1789, a rebelião precursora de 1720, com Felipe dos Santos e outros, a revolução pernambucana de 1817 e várias outras

manifestações, em épocas distintas, em que se propugnava pela separação da metrópole europeia.

Mas o passo decisivo que haveria de melhor preparar o Brasil para sua independência, dando-lhe foro de modernidade, foi a vinda da Família Real em 1808, que por aqui se quedou durante 13 anos.

Foi proveitosa ao Brasil esta nova situação como sede da coroa. Os interesses econômicos e administrativos da antiga Colônia passaram à primeira linha das preocupações imperiais. Os portos brasileiros foram franqueados às nações amigas, ampliou-se a liberdade do tráfico comercial, extinguíram-se os monopólios, permitiu-se a abertura de fábricas e oficinas, criaram-se os tribunais de Justiça, aboliram-se os recursos judiciais para Portugal.

Peça importante e admirável foi a Carta de Lei, promulgada em 16 de dezembro de 1815, por D. João VI, que elevou o Brasil à dignidade, preeminência e categoria de Reino, unido a Portugal e ao Algarve.

Ao nosso espírito de cultores do Direito, releva-nos as contribuições importantes de D. Pedro I.

A sua primeira preocupação como Im-

perador foi a de dotar o país de uma Carta Constitucional.

Instalou uma Assembleia Constituinte que, durante dois anos, debateu o texto inutilmente, sem superar as suas divergências.

Pedro I, então, impaciente e vendo que o novel Império perdia o rumo sem a sua Lei Maior, dissolveu a Constituinte, criou uma comissão de notáveis e outorgou a primeira Constituição brasileira, em 1824.

Nesta primeira Carta já havia o mandamento de que seria aprovada uma nova ordem jurídica para substituir as vetustas ordenações reinícolas. Em especial, como imposição das ideias liberais e atendendo às condições sociais do tempo, impunha a organização “o quanto antes de um Código Civil e Criminal, fundado nas sólidas bases da justiça e da equidade”.

Desde logo Bernardo de Vasconcelos projetou o Código Penal, que teve a influência utilitarista de Bentham e do Código napolitano de 1819, mas mostrou-se original em vários pontos.

É certo que impressionou penalistas estrangeiros, dizendo-se que alguns – como Haus e Mittermayer – aprenderam português para lê-lo no próprio texto. Chegou mesmo a influir sobre uma corrente de legislações penais como o Código Espanhol de 1848 e os Códigos Penais da América Latina.

No Direito Civil, todavia, continuamos nos regendo pelas Ordenações Filipinas de 1603, que sobreviveram ao próprio direito português, até o advento do Código Civil de 1916.

A língua latina sempre se prestou ao desenvolvimento do Direito, pela facilidade de sua expressão sintética, assim como ocorreu com a língua grega em relação à filosofia.

E a recepção do Direito Romano haveria de ser facilitada pela língua portuguesa. Então ocorreu este fenômeno maravilhoso, no arco do tempo, que foi o liame criado pelo direito justiniano, enriquecido e adaptado



D. Pedro I compondo o Hino Nacional (hoje Hino da Independência), em 1822. Artista Augusto Braga.



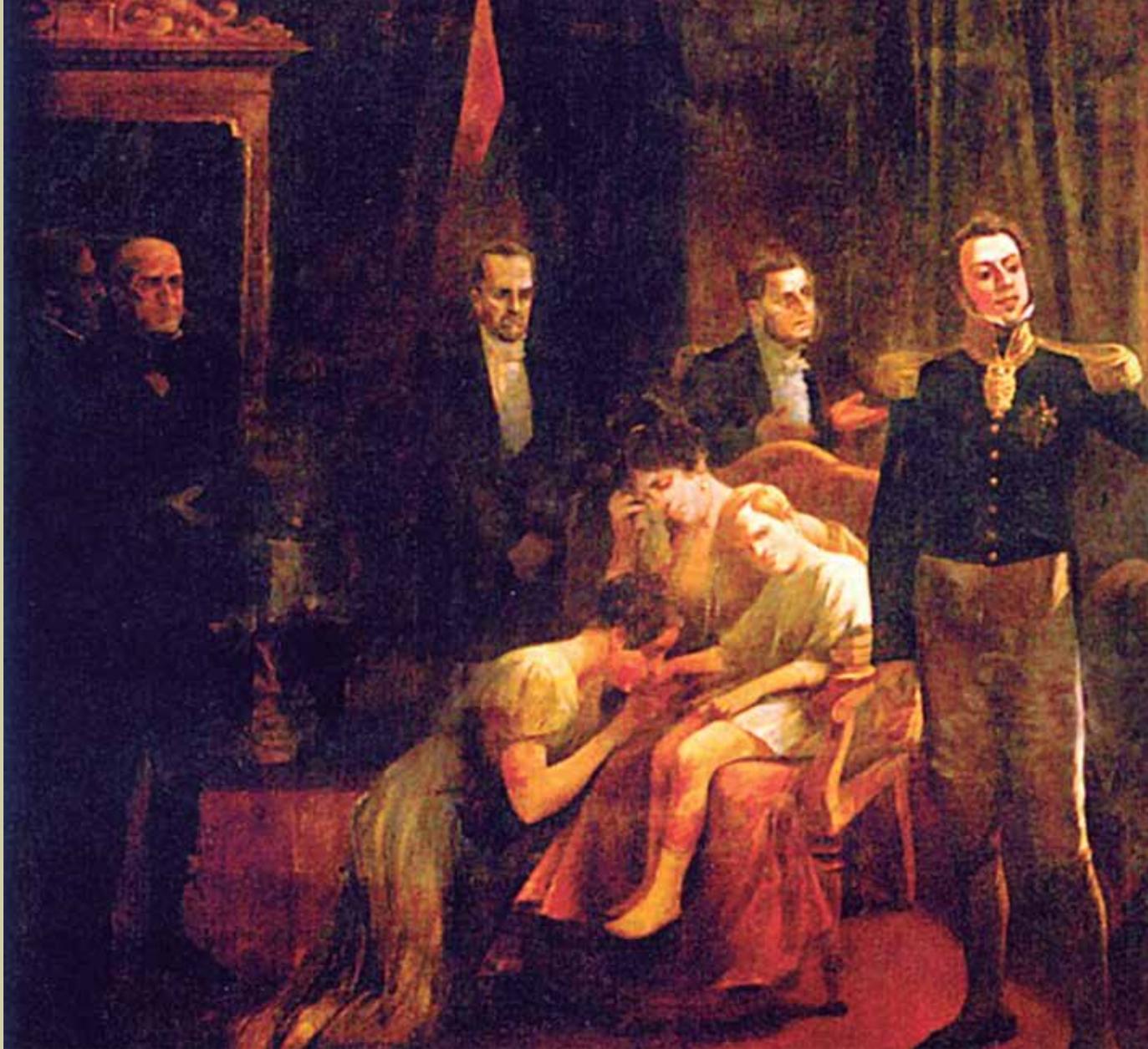
Cerimônia de coroação como Imperador do Brasil. Artista Jean-Baptiste Debret.



pele tempo, a ligar dois grandes Impérios: o Império romano monumento da antiguidade e o moderno Império brasileiro, único que na história contemporânea conservava os traços da grandiosidade romana e de suas instituições. Dois impérios separados pelo tempo e pelo Atlântico, mas imperecivelmente ligados pelo Direito. O povo do Lácio tinha o senso da ordem constituída e a consciência da função pública. Daí a importância que teve entre os romanos – transplantada para a comunidade luso-brasileira – o culto do império e do direito, orientando-os no sentido da criação de um novo saber, distinto da ética e da política, embora a elas subordinado: a jurisprudência.

Este legado romanista nos deu a escola dos praxistas portugueses, que tanto influenciou a formação dos juristas brasileiros e o seu amor ao Direito.

Abdicação do Imperador D. Pedro I, 1831. Artista Aurélio de Figueiredo.



Litografia da morte de D. Pedro I - Dias da Costa.

Esta quase obsessão libertária de D. Pedro I, que também se refletia na sua resistência e afronta ao regime escravagista, pois renegava as diferenças raciais, haveria de fazer com que renunciasse ao trono brasileiro para comandar uma expedição a Portugal, com a finalidade de libertar sua filha Maria da Glória, herdeira do trono português, que havia sido usurpado por seu tio D. Miguel, com a reclusão de sua primogênita. E a grande bandeira desfraldada por D. Pedro I foi contra o absolutismo miguelista e a necessidade de um estado constitucional que refletisse os anseios sociais e políticos da época. Reunindo ao seu redor os intelectuais portugueses, teve forças para desembarcar no Porto, derrotar as tropas de D. Miguel e



ocupar o trono usurpado, coroando-se como D. Pedro IV.

Por isso é conhecido como libertador de duas Pátrias, herói da independência brasileira e da deposição do regime absolutista de D. Miguel.

De todo esse panorama apresentado em linhas gerais, surgiu uma nova e poderosa nação independente em 1822, com um passado de lutas em que o Direito esteve sempre presente, quer na divisão administrativa, quer na organização judiciária, quer na legislação completa e variada, quer na tutela da liberdade como reação a leis violentas e duras, um mundo de princípios que merecem, nos tempos atuais, estudo e meditação, para se evitar que os erros do passado se repitam neste século.

A par do momento glorioso que comemoramos, há também uma dívida de gratidão para com aqueles bravos que expuseram a vida em defesa da nossa independência: os enforcados, os esquartejados em praça pública, os torturados nos patíbulos e nas prisões; gratidão aos bandeirantes do sul e do norte, de que são exemplos Fernão Dias e Pedro Teixeira, que ajudaram a dilatar **a fé e o império**, aos lusitanos quinhentistas e seiscentistas que singrando **mares nunca navegados** ajudaram a descobrir Novos Mundos, que deram seu sangue e esforço para construir uma nacionalidade una, numa epopeia digna de respeito e admiração.

E, a par da nacionalidade, a comunidade luso-brasileira realizou o ideal da universalidade, dilatando os sentimentos de integração cultural, religiosa e moral. Honrando a sua história e a sua independência, passadas quase duas centúrias, o Brasil irradia clarinadas de esperanças, de amor e de solidariedade para todo o mundo.

Munir Karam

Natural de Curitiba, nascido em 1937. Bacharel na turma 1962 da Faculdade de Direito da UFPR, presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas, gestão 1960/1961 e pós-graduado pela Universidade La Sapienza de Roma. Ingressou na magistratura paranaense em 1970 e aposentou-se em 2007, no cargo de desembargador do TJPR. Professor adjunto da Universidade Estadual de Maringá, é autor de obras literárias e jurídicas e membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas - APLJ.

Exerceu o mandato de primeiro vice-prefeito eleito do município de Campo Mourão em 15 de novembro de 1968 e os cargos de membro integrante do Conselho de Administração da Copel no período de fevereiro de 2008 a outubro de 2010 e de diretor presidente da ParanaPrevidência no período de junho de 2008 a dezembro de 2010. Atualmente, dirige o Departamento dos Aposentados da Amapar e é vice-presidente da APLJ. ✍️



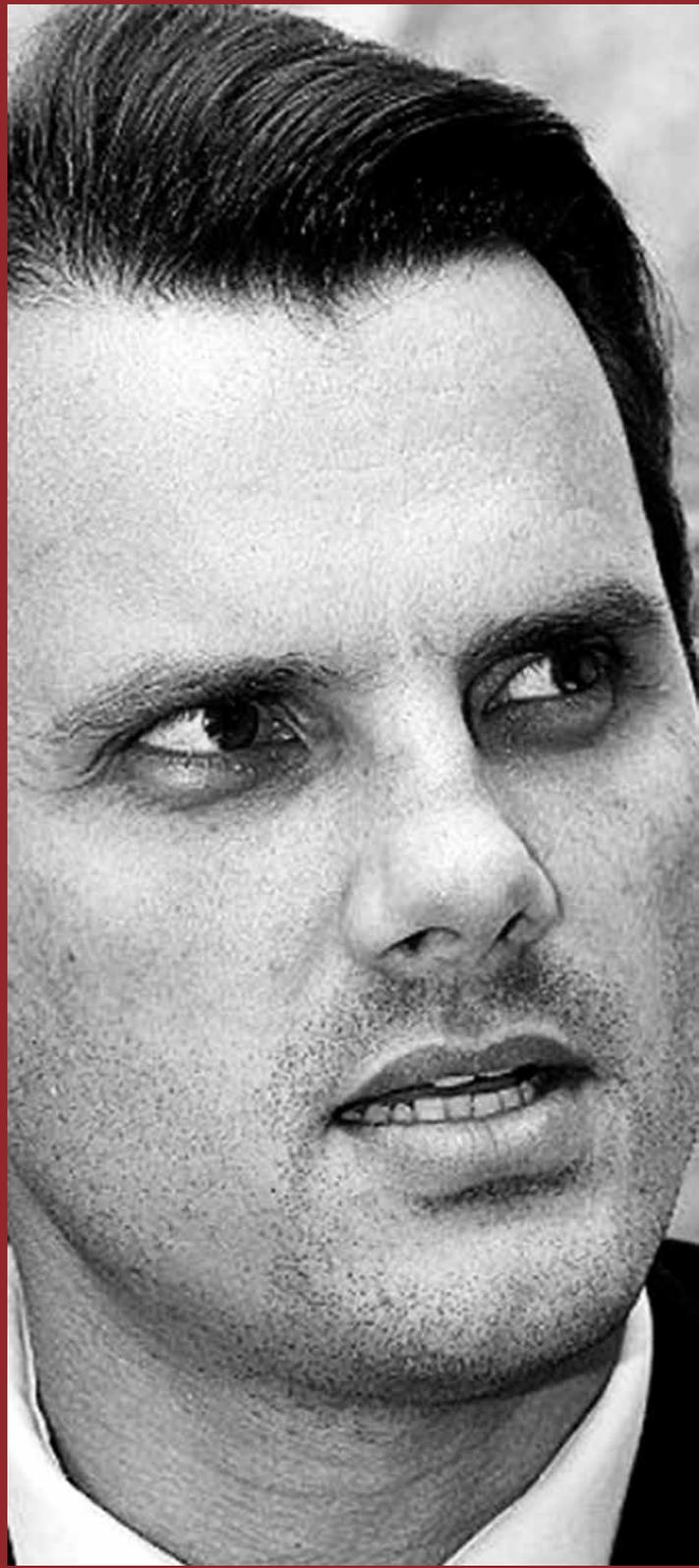
Reflexões sobre a carreira de juiz

Em entrevista concedida à **Toga e Literatura**, o juiz e professor de Sentença Penal, Ricardo Augusto Schmitt, juiz de Direito na Bahia, divide um pouco de sua experiência na arte de ensinar e traça um panorama sobre a importância da disciplina que ministra para aqueles que pretendem ingressar na magistratura. Preocupado em desmistificar as dificuldades encontradas por muitos operadores do Direito quando da redação de uma sentença e no momento da dosimetria da pena, o professor defende a importância de mostrar aos alunos que a função de julgar “não é apenas a prestação da tutela jurisdicional, mas ato último de fazer justiça ao caso concreto, motivo pelo qual deve ser desprovida de vaidades, caprichos, pressões e incertezas, devendo o julgamento ser baseado sempre no livre convencimento motivado, a partir das provas produzidas nos autos”. Preocupado com o julgamento justo e a dosimetria adequada, não deixa de alertar que o julgador deve ser o “guardião de sua própria consciência”, não devendo preocupar-se se seu entendimento é majoritário ou minoritário perante os tribunais, pois “a beleza do Direito reside no amanhã incerto, onde a minoria pode ser a maioria em poucos dias”.

Diante de sua experiência nas salas de aula, o juiz catarinense que atua na Bahia desde 1999, traça um perfil dos alunos que procuram a preparação nas escolas de magistratura. Ao contrário do que se pensa, apesar de a maioria idealizar a aprovação na carreira, muitos procuram as escolas como

aperfeiçoamento e atualização na seara do Direito, visto que a formatação dada aos cursos permite, além do acesso à base teórica de diversas disciplinas, o contato com a prática. E, garante, é este contato que faz com que muitos daqueles que idealizavam a magistratura acabem sepultando a ideia: assim como em outras atividades profissionais, a de magistrado impõe completa doação ao ofício, exigindo, contudo, um *plus* característico revelado pela necessidade permanente de se pautar pela sensibilidade e pelo humanismo, pois com toda evidência já nos dizia Carnelutti, “nenhum homem, se pensasse no que é necessário para julgar outro homem, aceitaria ser juiz”.

Indagado sobre a importância de palestras, seminários, congressos e encontros para os futuros magistrados, garante acreditar serem estes essenciais! Essencial não apenas aos futuros magistrados, mas a todos os operadores do Direito, visto que o Direito é dinâmico, o que conduz a imperiosa necessidade de acompanhar sua evolução. O importante é que estes eventos estejam conectados com o tema em debate, a permitir uma somatória de valores e novos entendimentos sobre determinada área de conhecimento. Sua visão sobre a necessidade diária de atualização vai ao encontro das palavras de Anatole France: “Eu não recearia muito as más leis se elas fossem aplicadas por bons juizes. Não há texto de lei que não deixe campo à interpretação. A lei é morta. O ma-



Ricardo Augusto Schmitt

Natural de Blumenau (SC), graduado pela Furb (Universidade Regional de Blumenau), formado pela Emap (Escola da Magistratura do Paraná – Curitiba), especialista em Ciências Criminais pela Faculdade Jorge Amado (Salvador – BA), doutorando em Ciências Jurídicas e Sociais pela UMSA (Buenos Aires – Argentina). Ingressou na magistratura baiana em abril/1999, tendo passado pelas comarcas de Piatã, Campo Formoso, Irecê e Cachoeira, atualmente em Salvador como juiz assessor da presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (desde 2010).

No magistério, atuou como professor de Sentença Penal da Emab (Escola Superior da Magistratura do Estado da Bahia), da Esmese (Escola Superior da Magistratura do Estado de Sergipe), da Rede de Ensino LFG – São Paulo (SP), do Curso *JusPodivm* – Salvador (BA).

Autor da obra *Sentença Penal Condenatória – Teoria e Prática*, 7ª edição, Editora JusPodivm, ano 2012; organizador e co-autor da obra *Princípios Penais Constitucionais – Direito e Processo Penal a luz da Constituição Federal*, Editora JusPodivm, ano 2007 e co-autor das obras *Leituras Complementares de Execução Penal* – Editora JusPodivm, ano 2006 e *Leituras Complementares de Processo Penal* – Editora JusPodivm, ano 2008. 

gistrado vivo. É uma grande vantagem que ele tem sobre ela”.

Tendo composto o corpo discente e docente da Emap, a conversa com o entrevistado da **Toga e Literatura** finalizou com uma mensagem de perseverança aos alunos e de agradecimento aos colegas professores: “nunca desistam de seus sonhos, pois a dedicação pessoal sempre será recompensada; pode tardar, mas nunca deixará de acolher os que realmente buscam e fazem por merecer a concretização de seus ideais. O que não podemos é simplesmente desistir na primeira dificuldade encontrada, pois as barreiras na vida são constantes e existem para serem superadas. Lembro-me como se fosse hoje minha aprovação no concurso da magistratura baiana (à época era aluno da Emap). Vindo do sul do país, sem conhecer qualquer município no Estado da Bahia, deparei-me com enormes dificuldades, de adaptação, de cultura, de distância e de saudade dos familiares, mas graças ao calor humano característico do povo baiano, atualmente sinto-me realizado pela escolha, o que renova a cada dia minha vontade de aqui permanecer e de poder continuar a trilhar minha verdadeira vocação, a de ser magistrado. Como professor, nunca esqueçam que “o sucesso de cada um é minha verdadeira realização profissional”. Contem sempre comigo. Aos professores e amigos que deixei na Emap, meus sinceros agradecimentos por terem feito parte dessa conquista. Minha gratidão é eterna!”

O riso e o verso no Tribunal

Por Rui Cavallin Pinto

Todos rimos, sobretudo no Brasil que, como se diz, é onde mais se ri, pois perto do nosso riso o estrangeiro até passa por mal-humorado. Aqui não: riem-se o rico e o pobre, o novo e o velho, o forte e o fraco, ri-se realmente à solta e à toa, inclusive da própria tristeza. Somos representantes do **homo cordialis** que, para Cassiano Ricardo, tem sido nossa contribuição para um mundo melhor. Kubitschek foi o presidente que ficou na história pela lembrança do seu permanente sorriso, até para passar notícia ruim. Jânio Quadros, pelo contrário, mesmo que a notícia fosse boa, ainda assim deixava um ressaibo amargo sobre tudo. Entretanto, dizem todos que o riso é extremamente saudável e é a forma mais simpática de comunicação e de convívio humano. É a porta que se abre, é a escada por onde se sobe na escala social. Conta Gilberto Freyre que o dom de rir do brasileiro vem do negro da senzala, como também foi ele que nos transmitiu aquele jeitinho de falar no diminutivo: que é uma forma de ascensão social, um modo de alcançar a complacência e o espaço entre as elites. Além do riso aberto, temos, também, outras formas derivadas ou distorcidas: o piadista, o gozador, o trocista e tantos outros zombeteiros que habitam as rodas boêmias de riso ou escárnio. E, se você



avançar ainda mais, vai conhecer outra manha, mais recente, da arte de fazer graça, praticada à sombra de colunas gregas ou das solenes salas de audiência dos tribunais, onde graves sacerdotes da justiça convertem suas **postulationes** ou soberanas **decisiones** em um divertido jogo floral.

Certa feita o juiz de São Bernardo do Campo indeferiu uma petição inicial redigida em versos. Achou atentatória à dignidade da justiça. O autor recorreu, alegando que o vernáculo não discrimina se o pedido é feito em prosa ou verso, desde que seja em língua nacional. Pois ganhou a causa. O Tribunal não viu indignidade nas rimas e mandou seguir a demanda.

Porém, há na história outros tantos exemplos de advogados e juízes dando trato lírico ao Direito, a plenas mãos. Carrara, o mesmo Carrara do **Programma di Diritto Criminale**, fazia uma defesa de ofício perante a corte de Luca, em 1832, quando o presidente do tribunal determinou-lhe que raspasse o bigode, pois naquele tempo, no Grão-Ducado da Toscana, os **baffi** eram considerados um símbolo do liberalismo, de conteúdo revolucionário. O grande penalista cumpriu a ordem, mas manifestou seu protesto em versos **Ai miei baffi**, isto é, aos meus bigodes, uma reação que quase lhe custou a prisão.

Do outro lado, porém, o advogado de Pisa Antonio Guadagnoli não teve melhor sorte e não escapou da condenação, por ter sustentado perante o tribunal, em versos vazados em gracioso sexteto, que a coisa mais reta que havia na Toscana era a Torre de Pisa.

Mas o bigode não era cultivado na Itália desse tempo apenas como tema conspiratório; mais do que isso, possuía um atributo estético e uma valiosa expressão masculina, assim como o cabelo. Quando da apresentação de *O Guarani*, de Carlos Gomes, no Scala de Milão, a opera tinha como Peri, o tenor Giuseppe Villani que, além de gordo, de pele clara, ostentava um largo bigode de pontas

enceradas. Era a imagem oposta daquilo que o europeu imaginava ser um selvagem. O maestro então lhe recomendou que tirasse o bigode para cumprir o papel: – “Raspar o meu bigode? Eu nunca raspei o meu bigode, senhor Gomes. Faz parte de mim, assim como a minha voz.” E então cantou a ópera com o bigode e tudo, vestindo uma túnica azul e branca que lhe cobria metade do corpo de **pelle bianca**. Ao terminar, foi ovacionado de pé e o maestro chamado ao palco para sua consagração.

O cabelo teve também essa fama de potencializar virilidade. A crença que vigorava até então era a de que o homem glabro era fraco e inviril, ao perder sua cabeleira, como aconteceu com Sansão. E dizem os registros policiais que a ameaça de despojar o criminoso de suas madeixas foi o que levou muitos deles a confessar desde logo o crime. Mas, retomando o tema dos jograis, vale a pena revelar que o museu do nosso Tribunal de Justiça guarda uma preciosa relíquia de composições poéticas. São trovas improvisadas pelos nossos desembargadores nas salas de julgamento, durante as sessões do tribunal, inspiradas no nome das partes ou no tema dos recursos. Aos que ainda duvidam que os nossos magistrados, pousados de toga e capelo, em reuniões solenes das câmaras do Tribunal, durante o enfrentamento das causas e seus longos arrazoados, ainda assim encontram vagar ou mesmo disposição de espírito para improvisar versos e compor rimas, podemos assegurar a esses incrédulos cristãos que entre 8 ou 9 livros, que as estantes do museu dizem conter, só em 2 ou 3 deles recolhemos 122 trovas e a identidade de seus autores. São rimas que em geral não são ricas, como é comum nas circunstâncias, porque surgem do momento criado e servem para aliviar tensões, o que é, afinal, uma das melhores propriedades do riso. Entre os 122 trovismos que colhemos a olho, dentre os me-

Rui Cavallin Pinto



Nascido em Curitiba, bacharel pela UFPR, turma de 1953 e licenciado em História pela Faculdade de Filosofia de Mandaguari, turma 1971. Procurador da Justiça, imortal da Academia Paranaense de Letras e orador do

Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Durante oito anos manteve na imprensa coluna semanal sobre o Ministério Público. Autor de *MP - História & Historietas*, *O Amor de Solano Lopes e...*, *Discursos Acadêmicos* e *A Arca da Memória*. Prestigiado e reconhecido, colabora em revistas e semanários. ✍

lhores dos 60 deles, identificamos os autores Edison Nobre de Lacerda, Lauro Fabricio de Melo Pinto, Lacerda Pinto, Ernani Cartaxo, Paula Xavier e outros.

Uma das rimas que mais servem aos repentistas é a dos Pinto que, na época, tanto constituíam figuras dominantes da vida política (Magalhães Pinto, Carvalho Pinto), como eram partes em inúmeros recursos e deram o mote para um dos improvisos de Edison Nobre de Lacerda:

*Pinto em S. Paulo e em Minas,
Pinto já nos tribunais!
Quanta coisa a vida ensina.
E os galos não cantam mais?*

Quando no recurso, porém, tem um desquitando chamado Verdugo, Guarita Cartaxo não perdoa e atira o verseto:

*Julgo o caso por palpite,
nem sequer a testa enrugo;
quem não concede o desquite
contra um marido verdugo?*

Noutro caso, ainda, quando a empresa tem o nome de Esteves Irmãos S.A., Cartaxo despe a toga e assume o papel de severo professor de letras:

*Do relator, o purismo,
grita contra o solecismo
Esteves Irmãos, não senhor,
estiveram, faz favor.*

No início do julgamento daquela sessão, Lacerda Pinto passou um cartão a seu colega Nobre de Lacerda, advertindo-o sobre a importância daquele julgamento, pois envolvia pessoas importantes. Edison devolveu-lhe o recado, no mesmo cartão, com sentença de historiador:

*Será, Lacerda, uma glória
julgar tanta gente ilustre!
Mas há mais mérito e lustre
no julgamento da História!:*

Num recurso em que o genro fora condenado por agredir sua sogra, o escrivão fez constar que “expediu mandado de prisão em favor do réu”. O des. Brezezinski corrigiu, mas a deixa caiu no goto do colega Édison, que arrematou:

*Se o pobre inocente aguenta
uma sogra rabugenta
que faz de tudo escarcéu
é bem certo que o mandado
está bem denominado
“Prisão em favor do réu”...,*

Como se vê, a safra é rica e abundante, e tudo que rima vale um verso. Não se perdoam nomes nem sobrenomes estranhos ou diferentes do comum: Ondina, Fanha, Calopreso, Duque, Bonzito, Botão, Patuleia, Cabente, Deus, Espírito Santo, estão todos lá e levam dos juizes-repentistas uma expressão de graça ou chalaça.

Porém, embora esse *jeux d'esprit* constitua um entretenimento *underground*, à margem dos autos, na verdade ele contribui para aliviar o clima e as preocupações naturais de uma sessão de julgamento e os desafios de seus dramas pessoais e armações jurídicas.

Mas, além disso, conforta saber que os nossos magistrados conservam ainda o gosto de gracejar e sorrir, pois o riso é visto como a melhor terapia para as nossas preocupações, porque ativam o lado direito do cérebro e facilitam as conexões dos seus hemisférios. E liberam endorfina.... enfim, encerrando a questão, vale finalizar com Ronald Irving, em “The Law is a Ass?”, a justiça é coisa muito séria, sim senhor, mas se você conseguir olhá-la de mais perto, vai descobrir que ela também está repleta de surpresa e riso.

Referência nacional

A Escola da Magistratura do Paraná comemora seu 30.º aniversário no próximo dia 17 de junho.

Reconhecida e destacada instituição de ensino jurídico, atualmente dedica-se a duas áreas: formação inicial e continuada do magistrado paranaense e curso preparatório para magistratura.

O curso preparatório é uma pós-graduação em Direito Aplicado, sendo que poucas escolas de magistratura no Brasil possuem essa condição. Longe de ser um curso meramente preparatório para concursos, a Emap investe na descoberta de vocações. A estrutura pedagógica do curso inclui aulas práticas, ministradas apenas pelos magistrados, nas quais o aluno pode conhecer o trabalho do juiz, verificando se este é realmente seu desejo para toda vida.

A área da formação continuada para magistrados também merece especial atenção. A Emap alcança um patamar de referência nacional, recebendo convites para transmitir conhecimento mediante convênios para outras escolas que começam a se formar.

Tamanhas conquistas são fruto de um trabalho muito bonito de cada funcionário, professor e dirigente que a Emap teve nestes longos e frutíferos 30 anos, todos vividos com muita dedicação e alegria. Lembrando um poema de Henfil, “A felicidade é uma viagem, não um destino.”



Anos

O 30º aniversário da Escola da Magistratura do Paraná é fato de especial importância ao judiciário paranaense:

“...o espírito não vai a lado nenhum sem as pernas do corpo, e o corpo não seria capaz de mover-se se lhe faltassem as asas do espírito”, José Saramago.

No correr destes 30 anos, muitos magistrados foram “as asas do espírito” e “as pernas do corpo”, consolidando a Emap como instituição de ensino, sendo uma das poucas no Brasil, com autonomia para a certificação própria e direta de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O ideal republicano, o respeito ao mínimo ético, a consistente e desejável autonomia no gerenciamento do ensino, orgulhosamente podemos chamar d’alma e imagem da Escola da Magistratura do Paraná, nos dá motivo para celebrar.

A Emap foi criada em 17 de junho de 1985,



pela Resolução n.º 03/83, em sessão plenária do Tribunal de Justiça do Paraná, delegando a realização de cursos à Associação dos Magistrados do Paraná, o que se concretizou mediante convênio celebrado em 02 de agosto de 1983. A Emap foi contemplada com o Prêmio Selo Enfam, primeira edição. A instituição obteve a maior pontuação entre as 15 escolas inscritas, atingindo o grau de excelência no processo ensino e aprendizagem dos magistrados.

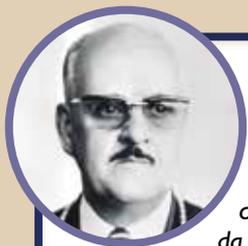
Foi criada com o propósito maior de reciclar e atualizar os magistrados em atividade, preparar bacharéis em Direito para o exercício da magistratura e o bom desempenho das lides jurídicas, promover cursos diversos de atualização de servidores da justiça e abrir espaço para estudos e debates sobre temas importantes do nosso Direito, tudo em prol da melhoria da prestação jurisdicional.

É tempo, portanto, de recordar os fatos relacionados com aqueles que tiveram a feliz ideia de, seguindo os exemplos das escolas de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, as pioneiras no Brasil, criar a Escola da Magistratura do Paraná, nas pessoas do desembargador Alceu Conceição Machado, presidente do Tribunal de Justiça do Paraná e desembargador Lauro Lima Lopes, presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, que firmaram a Resolução e o Convênio referidos, e os primeiros diretor e supervisor, respectivamente, desembargador Jayme Munhoz Gonçalves e juiz João Cid de Macedo Portugal, bem como o seu coordenador-geral, juiz Vicente Troiano Neto.

Com essa valorosa equipe, a Escola começou suas atividades, realizando o primeiro Curso de Preparação à Magistratura, iniciado em 15 de setembro de 1983 e concluído em 29 de junho de 1984, com o seguinte corpo docente:

Lógica Jurídica: Henrique Chesnau Lenz Cesar; Hermenêutica: Ronald Accioly Rodrigues da Costa; Organização Judiciária: Luís Renato Pedroso; Organização das Serventias e Atividade Correicional: Ossian França; Inter-relacionamento do Magistrado: Marino Bueno Brandão Braga; Direito Civil (Parte Geral): Sílvio Romero Stadler de Souza; Direito Civil (Das Coisas): José Carlos Dantas Pimentel; Direito Civil (Das Obrigações): Francisco José Ferreira Muniz; Direito Comercial (Parte Geral): Francisco de Paula Xavier Neto; Direito Processual Civil: Jeorling Joely Cordeiro Cleve; Prática Cível: Newton Álvaro da Luz; Direito Civil (Das Sucessões): Osiris Antonio de Jesus Fontoura; Direito Civil (Da Família): Moacir Guimarães; Direito Comercial (Sociedades Comerciais): Jorge Andrigueto; Direito Comercial (Títulos de Créditos): Darcy Nasser de Melo e Direito Comercial (Falências e Concordatas): Theodoro Fernandes da Cruz Neto.

Esse Curso de Preparação à Magistratura teve a participação de 35 alunos. Entre os



1983/87
JAYME MUNHOZ GONÇALVES

Instalação, organização curricular, estatuto e regimento da Escola da Magistratura do Paraná. 1º Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados. 1º Curso de Preparação à Magistratura.

AMAPAR: Lauro Lima Lopes; Luís Renato Pedroso
TJPR: Alceu Conceição Machado; Armando Jorge de Oliveira Carneiro; Mário Lopes dos Santos



1988/91
RUY FERNANDO DE OLIVEIRA

Fundação dos núcleos em Londrina e Maringá. Treinamento de serventuários da Justiça. Adoção de uniforme para os funcionários. Aperfeiçoamento para juízes substitutos. Instalação da Estante do Magistrado Paranaense. Lançamento da obra Direito Vivo. Vol. 1, Núcleo de Londrina.

AMAPAR: Francisco de Paula Xavier Neto
TJPR: Mário Lopes dos Santos; Abrahão Miguel; Luís Renato Pedroso

formandos encontravam-se os atuais juizes: Albino Jacomel Guérios, Antonio Loyola Vieira, Carlos Eduardo Andersen Espínola, Fernando Ferreira de Moraes, Francisco Luiz Macedo Júnior, Lélia Samardã Monteiro Negrão Giacommet, Lenice Bodstein, Olívio Gamboa Panucci, Paulo Roberto Vasconcelos e Waldemar da Costa Lima Neto.

A Escola, com persistência e dedicação, e conduzida pelos seus diretores – Jayme Munhoz Gonçalves (primeiro diretor) e Ruy Fernando de Oliveira (1988-91); Francisco José Ferreira Muniz e Edson Ribas Malachini (1992); Clayton Reis (1993-95); Newton Álvaro da Luiz (1996-99); Noeval de Quadros (2000-01 e 2004-05); Gilberto Ferreira (2003-04) e Accácio Cambi (2006-07) – teve um grande desenvolvimento, instalando novos Núcleos nas principais regiões do Estado, a saber: Londrina (1987); Maringá (1988); Ponta Grossa (1992); Umuarama (1997); Jacarezinho (1997); Cascavel (2000); Foz do

Diretores da Escola da Magistratura do Paraná e Núcleos

1983/84/85/86/87

Diretor Geral: Jayme Munhoz Gonçalves
Supervisor Pedagógico: João Cid de Macedo Portugal
Coordenadores: Vicente Troiano Netto, Cláudio Nunes do Nascimento, Accacio Cambi e José Lemos Filho

1988/89/90/91

Diretor Geral: Ruy Fernando de Oliveira
Supervisores Pedagógicos: Francisco José Ferreira Muniz, Jorge Wagih Massad, Antônio Oesir Gonçalves, Miguel Thomaz Pessoa Filho
Coordenador Pedagógico: Luiz César de Oliveira
Coordenador Administrativo: José de Andrade Faria Neto
Coordenador Geral dos Cursos de Especialização e Atualização: Márcio Nilton Pereira Mendes

1992/93

Diretor Geral: Francisco José Ferreira Muniz e Edson Ribas Malachini
Supervisores Pedagógicos: Edson Ribas Malachini e Jorge Wagih Massad
Coordenador Geral: Jorge Wagih Massad
Coordenador Pedagógico: Felix Fisher
Coordenador Administrativo: José de Andrade Faria Neto e Mário José Narel
Coordenador Geral dos Cursos de Especialização e Atualização: Clayton Reis
Coordenador de Estágio: Newton Álvaro da Luz

1994/95

Diretor Geral: Clayton Reis
Supervisor Pedagógico: Jorge Wagih Massad
Coordenador Administrativo: José de Andrada Faria Neto
Coordenador Geral: Celso Araújo Guimarães
Coordenadores de Área: Sérgio Arenhart, Antônio Martelozzo, Miguel Kfourri Neto, Robson Marques Cury e Lauri Caetano da Silva
Coordenador Geral dos Cursos de Especialização e Atualização: Ruy Fernando de Oliveira

1996/97/98/99

Diretor Geral: Newton Álvaro da Luz
Supervisor Pedagógico: Jorge Wagih Massad e Luiz César de Oliveira
Coordenador Geral: Luiz César de Oliveira
Coordenadores de Área: Albino de Brito Freire, Abel Antônio Rebello, Nady Miró Júnior, Rubens Bittencourt e Joeci Machado Camargo,

Sérgio Arenhart e Marcos de Lucca Fanchin.
Coordenador de Estágio Área Criminal: Miguel Thomaz Pessoa Filho

2000/01

Diretor Geral: Noeval de Quadros
Coordenador Geral dos Cursos de Atualização:
Roberto Luiz Santos Negrão

2002/03

Diretor Geral: Gilberto Ferreira
Supervisor Pedagógico: Newton Álvaro da Luz
Coordenador Administrativo: Lourival Pedro Chemim
Coordenador Geral dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento: Vicente Del Prete Misurelli

2004/05

Diretor Geral: Noeval de Quadros
Supervisor Pedagógico: Luiz César Nicolau
Diretor Administrativo: Vítor Roberto Silva
Coordenador: Antônio Carlos Ribeiro Martins
Coordenador Geral dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento: Miguel Kfourì Neto

2006/07

Diretor Geral: Accacio Cambi
Supervisor Pedagógico: Luiz César Nicolau
Diretor Administrativo: Luiz Osório Moraes Panza
Coordenador Geral dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento: Marcos Sérgio Galliano Daros

2008/09

Diretor Geral: Roberto Portugal Bacellar
Supervisor Pedagógico: Fernando Antônio Prazeres
Coordenador Geral dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento: Evandro Portugal

2010/11

Diretor Geral: Fernando Antônio Prazeres
Supervisor Pedagógico: José Laurindo de Souza Netto
Coordenador Geral dos Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento: Evandro Portugal
Coordenador de Formação Inicial: Albino de Brito Freire

2012/13

Diretor Geral: Joscelito Giovanni Cé e Luciano Campos de Albuquerque
Supervisor Pedagógico: José Laurindo de Souza Netto
Coordenador Geral dos Cursos Especialização e Aperfeiçoamento: Luciano Campos de Albuquerque e Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral



1992/93

**FRANCISCO JOSÉ FERREIRA MUNIZ;
EDSON RIBAS MALACHINI**

Alteração curricular. Normas para concessão do certificado. Ocupação integral do edifício. Convênio com a UFPR. Treinamento para assessor técnico do Tribunal de Alçada e árbitros do Juizado Especial de Pequenas Causas.

AMAPAR: Luiz César de Oliveira

TJPR: Luís Renato Pedrosa; Ronald Accioly Rodrigues da Costa



1994/95

CLAYTON REIS

Convênio com a Universidade da Flórida (EUA). Curso de Especialização em Maringá. 1.º Encontro de Escolas da Magistratura do Paraná.

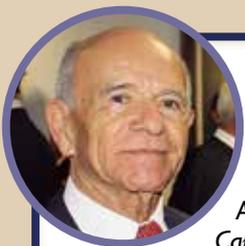
AMAPAR: Sidney Mora

TJPR: Ronald Accioly Rodrigues da Costa; Cláudio Nunes do Nascimento

Iguaçu (2002), Francisco Beltrão (2003) e Pato Branco (2010).

O sucesso que a Escola tem alcançado nestes 30 anos de existência, através do Curso de Preparação à Magistratura, deve-se ao seu excelente corpo docente, composto de especialistas, mestres e doutores; aos seus funcionários e aos seus diretores, que sempre procuraram dar o melhor de si para proporcionar um ensino de qualidade, o que tem sido comprovado pelo alto índice de aprovação de seus alunos nos concursos de ingresso na magistratura e no Ministério Público, entre outros.

Igual sucesso tem sido alcançado através dos cursos ofertados à magistratura e ao servidor público, com a colaboração do Tribunal de Justiça e da Amapar. São Cursos de Iniciação Funcional aos candidatos aprovados no concurso



1996/99

NEWTON ÁLVARO DA LUZ

24.º Curso de Atualização e Aperfeiçoamento de Magistrados. Capacitação dos juizes conciliadores e de juizes leigos. Convênio com Centro

de Estudos Judiciários de Lisboa. Função do Juiz Formador. Instalação de núcleos em Ponta Grossa, Jacarezinho e Umuarama. Treinamento para auxiliares da Justiça. 1.ª Semana do Livro. Aceitação dos alunos para mestrado da UFPR.

AMAPAR: Guilherme Luiz Gomes; Ruy Fernando de Oliveira

TJPR: Cláudio Nunes do Nascimento; Henrique Chesneau Lenz Cezar; Sydney Dittrich Zappa



2000/01

NOEVAL DE QUADROS

Credenciamento como instituição de Ensino Superior e estabelecimento de Pós-graduação. Convênio Centro

Acadêmico Hugo Simas. 1.º Encontro Estadual Professores da Emap. Inauguração da Biblioteca Francisco Muniz, em comemoração aos 18 anos da Emap. Instalação de núcleo em Cascavel.

AMAPAR: Jorge Wagih Massad

TJPR: Sydney Dittrich Zappa; Vicente Troiano Netto

para juiz substituto; Cursos de Atualização para Magistrados, realizados através dos Núcleos da Capital e do Interior; Cursos para Servidores da Justiça, desenvolvidos pela Escola do Servidor Público da Justiça Estadual com apoio da Escola da Magistratura. A novidade ficou por conta do primeiro Curso de Especialização para Magistrados, realizado em 2008, na área do Direito Público, voltado aos desembargadores e juizes de Curitiba e Região Metropolitana.

Atualmente com a inclusão das novas tecnologias de ensino, como as salas on-line na plataforma moodle e a transmissão simultânea pelo sistema webcast, foi possível progressivamente atingir só em 2008 o mesmo número de Magistrados atendidos nos dois anos antecedentes.

NÚCLEO DE CURITIBA

A organização administrativa ocorreu na gestão do presidente da Amapar Roberto Portugal Bacellar e do diretor geral da Emap, Noeval de Quadros, com a criação do Núcleo de Curitiba.

2000/01

Diretor: Valter Ressel

Curso de Atualização para Magistrados:

Roberto Luiz Santos Negrão

Curso de Atualização para Servidores: Abel

Antônio Rebello

2002/03

Diretor: Adalberto Jorge Xisto Pereira

2004/05

Diretor: Miguel Thomaz Pessoa Filho

2006/07

Diretora: Ana Lúcia Lourenço

2008/09

Diretor: Rogério Etzel

Vice-diretora: Suzana Massako Hiram Loreto

de Oliveira

2010/11

Diretor: Luiz Osório Moraes Panza

2012/13

Diretor: Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do

Amaral

NÚCLEO DE LONDRINA

1987/88/89/90/91

Diretor: Miguel Horst Bompeixe Koeler

Supervisor Pedagógico: Ariovaldo Stropa Garcia

e Antônio Renato Strapasson

Coordenador Geral: Arquelau de Araújo Ribas

e Ruy Francisco Thomaz

Coordenador Administrativo: Luiz Carlos

Bellinetti

Coordenador de Estágio: Hayton Lee Swain

Filho

1992/93/94/95/96/97/98/99/00/01

Diretor: Toshiharu Yokomizo

Coordenadores: Dimas Ortêncio de Mello,

Antônio Mansano Neto, Jefferson Alberto

Johnson, Nabor Nishikawa, Luiz Carlos

Gabardo e Lídia Matiko Maejima

2002/03

Diretor: Ariovaldo Stropa Garcia

Vice-diretor: Mauro Henrique Veltrini Ticianelli

Coordenadores: Alberto Júnior Veloso e

Wellington Emanuel Coimbra de Moura

2004/05

Diretor: Alberto Júnior Veloso

2006/07

Diretor: Mauro Henrique Veltrini Ticianelli

Vice-diretor: Ariovaldo Stropa Garcia

2008/09/10/11

Diretor: Aurênio José Arantes de Moura

2012/13

Diretor: Rodrigo Afonso Bressan

Vice-diretor e Coordenador Pedagógico: José

Ricardo Alvarez Vianna

NÚCLEO DE MARINGÁ

1989/90

Diretor: Marco Antônio Moraes Leite
Coordenadores: Clayton Reis e Maria José de Toledo Marcondes Teixeira
Coordenador de Estágio: Antônio Martellozzo

1991/92/93/94

Diretor: Sérgio Rodrigues

1995/96

Diretor: Miguel Kfourri Neto
Vice-diretor: Antônio Martellozzo
Coordenador: Renê Pereira da Costa

1997/98

Diretor: José Camacho Santos

1998/99/00

Diretor: Antônio Mansano Neto

2000/01

Diretor: Shiroshi Yendo

2002/03/04

Diretor: Humberto Luiz Carapurnala

Vice-diretor: José Camacho Santos

2005

Diretor: José Camacho Santos

Vice-diretor: Humberto Luiz Carapurnala

2006/07

Diretor: Humberto Luiz Carapurnala

Vice-diretor: José Camacho Santos

2008/11

Diretor: William Artur Pucci

2012/13

Diretora: Ketbi Astir José

Vice-diretor: Fábio Bergamin Capela

NÚCLEO DE PONTA GROSSA

1992/93

Diretor: Josué Corrêa Fernandes

1993/94/95/96

Diretor: Luiz Sebastião Fávero

Vice-diretor: Fabian Schweitzer e Francisco Carlos Jorge

1997/98

Diretor: Francisco Carlos Jorge

1999/00/01

Diretor: Luiz César Nicolau

2002/03

Diretor: Fábio Marcondes Leite

2004/2005

Diretor: Magnus Vinícius Rox

2005/06

Diretor: Fábio Marcondes Leite

2007/2008

Diretora: Vânia Maria Silva Kramer

Vice-diretor: Magnus Vinícius Rox

Coordenadores: Raul Vaz da Silva Portugal e

Fábio Marcondes Leite

2009

Diretora: Vânia Maria da Silva Kramer

Vice-diretor: Hélio César Engelhardt



2002/03

GILBERTO FERREIRA

Realização de quinze seminários jurídicos. Criação do programa de concessão de bolsas de estudos. Revitalização da Sala dos Professores. Instalação de núcleos em Francisco Beltrão e de Foz do Iguaçu.

AMAPAR: Roberto Portugal Bacellar

TJPR: Vicente Troiano Neto; Oto Luiz Sponholz



2004/05

NOEVAL DE QUADROS

Regulamentação dos trabalhos monográficos. Estruturação pedagógica. II Encontro de Professores da Emap. Participação no projeto TJPR "Mostra Talento".

AMAPAR: Gilberto Ferreira

TJPR: Oto Luiz Sponholz; Tadeu Marino Loyola Costa

Assim, pode-se concluir que houve importante evolução na oferta de cursos de aperfeiçoamento para magistrados nos últimos três anos, decorrente da descentralização e emprego de novas tecnologias de ensino, com atendimento à Resolução nº 2, de 17 de setembro de 2007, da Escola Nacional de Aperfeiçoamento para Magistrados (Enfam), que dispõe sobre os cursos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento e promoção dos magistrados.

Ao longo dos anos, a Escola obteve elevado conceito pela qualidade do ensino e pela competência do seu corpo docente.

Hoje, é referência nacional e até mesmo internacional. O intercâmbio realizado com países deste e de outros continentes demonstra que a Escola está procurando acompanhar os passos das principais escolas do gênero, em todo o mundo.

Avançando em seus propósitos institucionais e de aperfeiçoamento cultural e profissional, a Escola da Magistratura do Paraná foi credenciada como Instituição Superior vinculada ao Sistema Estadual de Ensino, de acordo com o Parecer 296/2001, do Conselho Estadual de Educação e



2006/07 **ACCACIO CAMBI**

Cursos de Oratória e Redação Jurídica. Segundo credenciamento como instituição de Ensino Superior. Aquisição de 600 livros para a Biblioteca Francisco Muniz. 1.º Curso de Atualização de Conciliadores dos Juizados Especiais. Regulamentação do Fundo da Escola da Magistratura do Paraná.

AMAPAR: Paulo Roberto Vasconcelos
TJPR: Tadeu Marino Loyola Costa; José Antônio Vidal Coelho



2008/09 **ROBERTO PORTUGAL BACELLAR**

Realização do XII Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais de Magistratura - COPEDEM. Realização de onze cursos para magistrados credenciados na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura ENFAM. Comemoração dos 25 anos da Emap. Publicação do Catálogo da Biblioteca Francisco Muniz.

AMAPAR: Miguel Kfourri Neto
TJPR: José Antônio Vidal Coelho; Carlos Augusto Hoffmann

nos termos da Resolução 27/2001, da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná e autorizada a promover cursos de pós-graduação *lato sensu* em Direito.

A Escola da Magistratura do Paraná possui notória especialização para realização de cursos destinados a magistrados, diferentemente de outros cursos e instituições de ensino. Nos seus 30 anos de experiência a Escola da Magistratura conta atualmente com estrutura física, administrativa e equipe técnica também notoriamente especializadas em cursos específicos destinados a magistrados. Está, assim, em plenas condições de colaborar para o cumprimento do desafio que se apresenta diante da necessidade da oferta democrática de cursos de formação inicial, aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento e atualização para fins de promoção dos magistrados.

2010/11

Diretor: Hélio César Engelhardt
Vice-diretor: Guilherme Frederico Hernandez Denz

2012/13

Diretor: Hélio César Engelhardt e Gilberto Romero Periotto

NÚCLEO DE JACAREZINHO

1996/97/98/99/00/01

Diretor: Antônio Carlos Choma

2002/03

Diretor: Roger Vinícius Pires de Camargo Oliveira

2004/05

Diretor: Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral

Vice-diretora: Kelly Sponholz Moleta

2006/07

Diretor: Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral

Vice-diretora: Kelly Sponholz Moleta

Coordenador: Roberto Arthur David

2008/09

Diretor: Roberto Arthur David

2010/2011

Inativo

2012/13

Diretor: Roberto Arthur David

NÚCLEO DE UMUARAMA

1997/98/99/00/01/02/03/04/05

Diretor: Alberto Luiz Marques Santos

2006/07

Diretor: Jair Antônio Botura

Vice-diretor: Fábio Caldas de Araújo

2008/09

Diretor: Jair Antônio Botura

2010/11

Diretora: Josiane Pavelski Borges

2012/13

Diretora: Máira Junqueira Moretto Garcia

Vice-diretor: Marcelo Pimentel Bertasso

NÚCLEO DE CASCAVEL

2000/02/03

Diretor: Sérgio Luiz Kreuz

Vice-diretor: Rosaldo Elias Pacagnan

2004/05

Diretor: Rosaldo Elias Pacagnan

Vice-diretor: Sérgio Luiz Kreuz

2006/07

Diretora: Jaqueline Alievi e Sandra Bauermann

Vice-diretor: Rodrigo Rodrigues Dias e Luciana Lopes do Amaral Beal

2008/09

Diretor: Sandra Bauermann e Juliano Nanúncio

Vice-diretor: Rodrigo Rodrigues Dias

2010/11

Diretor: Júlio Nanúncio
Vice-diretora: Filomar Helena Perosa Carezia

2012/13

Diretor: Rosaldo Elias Pacagnan e Leonardo Ribas Tavares

NÚCLEO DE FOZ DO IGUAÇU

2002/03/04/05

Diretor: Marcelo Gobbo Dalla Dea
Coordenador Pedagógico: Lourenço Cristovão Chemim

2006/07/08/09

Diretor: Marcelo Gobbo Dalla Dea
Vice-Diretor: Marcos Antônio Frason
Coordenador: Geraldo Dutra de Andrade Neto

2010/11

Diretor: Marcelo Gobbo Dalla Dea e Gabriel Leonardo Souza de Quadros

2012/13

Diretor: Marcos Souza Lima
Vice-Diretor: Gabriel Leonardo Souza de Quadros

NÚCLEO DE FRANCISCO BELTRÃO

2004

Diretor: Rosselini Carneiro
Vice-diretor: Rodrigo Brum Lopes

2005/06

Diretora: Adriane de Lourdes Simette
Vice-diretor: Rosselini Carneiro

2007

Diretora: Carina Daggios
Vice-diretor: Maciéio Cataneo

2008/09

Diretora: Laryssa Angélica Copack Muniz
Vice-diretora: Carina Daggios

A sede do núcleo foi transferida para Pato Branco

NÚCLEO DE PATO BRANCO

2010/11

Diretora: Jurema Carolina da Silveira Gomes
Vice-diretora: Franciele Estela Albergoni de Souza

2012/13

Diretora: Franciele Estela Albergoni de Souza
Vice-diretor: Maciéio Cataneo

CONSELHO PERMANENTE DE DIRETORES

- Ruy Fernando de Oliveira
- Edson Ribas Malachini
- Clayton Reis
- Newton Álvaro da Luz
- Gilberto Ferreira
- Noeval de Quadros
- Accacio Cambi
- Roberto Portugal Bacellar
- Fernando Antônio Prazeres
- Joscelito Giovanni Cé



2010/11 FERNANDO ANTÔNIO PRAZERES

Conquista do prêmio Selo de Qualidade da Enfam. Realização de vinte e seis cursos para magistrados credenciados pela Enfam. Programa de Atividades Jurídicas Complementares. Lançamento dos volumes de n.º 1 e 2 da Revista da Escola da Magistratura do Paraná. Comemoração dos 25 anos do Núcleo Londrina.

AMAPAR: Gil Francisco Fernandes de Paula Xavier Guerra

TJPR: Celso Rôtolí Macedo; Miguel Ffourri Neto



2012/13 JOSCELITO GIOVANI CÉ; LUCIANO CAMPOS ALBUQUERQUE

Comemoração dos 30 anos da Escola da Magistratura do Paraná. Terceiro credenciamento como Instituição de Ensino Superior. Assinatura de convênios com a Universidade de La Plata e a Suprema Corte de Buenos Aires. Intercâmbio Brasil/Itália em Camerino. Criação da Ouvidoria e do Núcleo de Pesquisa. 31.º Curso de Preparação à Magistratura.

AMAPAR: Fernando Swain Ganem

TJPR: Miguel Ffourri Neto; Clayton Coutinho de Camargo

Em conclusão, quero agradecer aos saudosos desembargadores que tiveram a feliz iniciativa de criar a Escola da Magistratura do Paraná; aos presidentes da Amapar, que sempre prestaram indispensável apoio aos cursos realizados; aos ilustres diretores pela dedicação e esforços na administração da Escola; aos professores e aos funcionários, pelas aulas ministradas e pelo excelente serviço que vêm prestando à Escola, nesta e nas gestões anteriores, sem o qual não poderíamos oferecer aos alunos um ensino qualificado e, finalmente, aos alunos que frequentaram os nossos cursos, muitos dos quais são magistrados no Paraná e em outros Estados.

“A Escola da Magistratura do Paraná é o complemento cultural da Amapar”





História e modernidade

35 anos do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná

Por João Luis Manassés de Albuquerque

**SETEMBRO DE 1970
A JANEIRO DE 2005**

O Tribunal de Alçada do Estado do Paraná marcou a sua história pela operosidade na prestação jurisdicional, constituindo-se em moderna instituição jurídica do país na aplicação do Direito. Ficou igualmente notabilizado como verdadeiro laboratório na adoção de novos procedimentos na função judiciária específica.

Criado e instalado em 28 de setembro de 1970, com dez membros, teve, em 1978, o número de julgadores aumentado para treze. Em 1980 eram dezesseis e, em 1984, vinte e um juízes de Alçada o compunham. Em 1988 este número foi aumentado para vinte e cinco e, em 1980, passou a funcionar com quarenta e nove julgadores.

Foi instalado no 9.º andar do Palácio da Justiça e alguns gabinetes em outros andares. Departamentos foram transferidos para outros espaços, chegando a funcionar no prédio da antiga Legião Brasileira de Assistência. Existe ali uma bela e significativa placa de bronze comemorativa. Em 2003, o Tribunal de Alçada do Paraná passou a ocupar um edifício próprio na Rua Mauá e sua corte reunia setenta julgadores.

**PROCEDIMENTOS NA
ÁREA JUDICIÁRIA**

O Quinto Juiz na Câmara

No ano de 1998, sob a presidência do juiz Jair Ramos Braga, instalou-se o Regime de Exceção nas Câmaras Cíveis, com a colocação de mais um julgador (Juiz Substituto em Segundo Grau) em cada câmara, resultando no julgamento de mais de oito mil recursos.

Em 1999, na presidência do juiz Celso Rotoli de Macedo, institui-se o primeiro regime de Especialização das Câmaras Cíveis.

Em 2001, sob a presidência do juiz Onésimo Mendonça de Anunciação e da vice-presidente juíza Denise Martins Arruda, foi implantado um novo sistema de distribuição e julgamento dos feitos, com especialização de matérias cíveis e criminais e a criação, até então inédita no país, das câmaras com cinco julgadores, suprimindo-se os grupos de câmaras. Esse modelo, quando da fusão dos tribunais, trouxe importante agilidade à prestação dos serviços, bem como uma economia financeira, resultando na dispensa da adoção de catorze órgãos jurisdicionais.



Toga e literatura

Centro de Estudos, Debates e Pesquisas (Cedep)

O Tribunal de Alçada criou e manteve o Centro de Estudos, Debates e Pesquisas, promovendo inúmeros seminários, palestras, grupos de estudo, aprovando e publicando, nos últimos anos, quarenta e dois enunciados, servindo de orientação às novas decisões, uniformizando a jurisprudência. Em 2003, sob a presidência do juiz Clayton Coutinho de Camargo, houve a transferência das dependências do Tribunal de Alçada para o moderno edifício Centro Comercial Essenfelder, na Rua Mauá.

Assim, os juízes, melhor instalados, gozavam de condignos gabinetes e amplas salas para os departamentos Administrativo e Judiciário.

Comissão Especial de convencimento e aceleração

Criou-se uma comissão para atuar junto ao Senado Federal, defendendo a tese de incorporação dos tribunais: extinção do Tribunal de Alçada e respectiva incorporação ao Tribunal de Justiça.

A Comissão, composta pelo presidente Clayton Coutinho de Camargo, o vice-presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, juiz João Luiz Manassés de Albuquerque e o juiz Jorge Wagih Massad, diretor da Associação dos Magistrados Brasileiros, participou de encontros com parlamentares, elucidando os benefícios decorrentes especialmente no que dizia respeito à prestação jurisdicional. Igualmente, outra medida relevante foi adotada: a atualização do Regimento Interno do Tribunal de Alçada. Em 2003, o presidente Josué Deininger Duarte Medeiros, juntamente com a Comissão, agora sob a sua presidência, participou decisivamente das reuniões com os senadores, na busca da fusão dos tribunais.

Na presidência do juiz João Luís Manassés de Albuquerque, maio de 2004 a janeiro de 2005, os trabalhos de convencimento dos membros do Senado Federal foram intensificados, houve entrega de memoriais, contatos





peçoais e correspondência escrita. Alcançaram tais esforços, por derradeiro, a aprovação da extinção dos Tribunais de Alçada, na promulgação da Proposta de Emenda Constitucional nº 45 – Reforma do Judiciário.

Além disso, o presidente juiz Manassés e o vice-presidente juiz Tufi Maron Filho, contaram com seus auxiliares diretos e funcionários para a modernização e melhoria da prestação dos serviços judiciários. No Departamento Judiciário promoveu-se a racionalização dos trabalhos, eliminando-se e simplificando-se perto de cinquenta procedimentos, inclusive um deles, que levava vinte e oito dias, passou a ser cumprido em apenas três.

Curso de Aperfeiçoamento para Assessores dos Juízes do Tribunal

Os servidores bacharéis receberam treinamento específico na Escola da Magistratura do Paraná para tornar o trabalho rápido e eficiente. A implantação de sistema de divulgação das decisões das sessões das Câmaras em tempo real via internet, simultâneo, foi criado num acesso específico no sítio do Tribunal. Além da transparência nos julgamentos, desobrigava os advogados de comparecerem diariamente ao Tribunal para tomar conhecimento do resultado do feito.

Criação e Instalação do Núcleo de Conciliação

Pioneiro no país em segunda instância, o trabalho de conciliação era exercido pelos próprios assessores dos juízes, previamente treinados na técnica conciliatória, alcançando-se excelentes resultados. Com a notícia deste relevante serviço, o Tribunal de Alçada passou a receber magistrados das justiças estaduais e federal de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, interessados em conhecer tal inovação e saber como se fazia a Conciliação em Segundo Grau de Jurisdição no Paraná. O Tribunal de Alçada informou sobre o modelo adotado a outros entes da Federação.

Com a unificação, o Núcleo de Conciliação foi fechado, sob o pretexto de não haver previsão a respeito no Regimento Interno do TJPR.

Mais tarde, o Conselho Nacional de Justiça determinou que o Tribunal de Justiça do Paraná implantasse o Núcleo de Conciliação. Hoje, apesar de pioneiro e do ótimo resultado, passamos ao último lugar na adoção daquela metodologia.

Brigada de Emergência e Incêndio

Atendendo à legislação trabalhista, o Tribunal de Alçada contratou empresa especializada para treinar e preparar cinquenta e um funcionários na prestação de Primeiros Socorros, Combate a Incêndio e Evacuação de Edificações, adquirindo vinte e um equipamentos completos de Suporte Básico de Vida. Promoveu um Curso de Capacitação para uso de desfibrilador semi-automático e adquiriu dois aparelhos desfibriladores.

A Reforma do Judiciário com a PEC 45/2004 e a extinção dos Tribunais de Alçada

A Reforma do Judiciário foi aprovada no dia 17 de novembro de 2004 pelo Congresso Nacional, após mais de 12 anos de tramitação, sendo a Emenda Constitucional nº 45/2004 promulgada em 08 de dezembro de 2004, Dia da Justiça. A tese já estava madura. Os estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul unificaram seus tribunais obtendo excelentes resultados de ordem econômico-financeira, administrativa e principalmente, na prestação jurisdicional, apesar da resistência nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Associação dos Magistrados do Paraná

No ano de 2000, na presidência do juiz Roberto Portugal Bacellar e do vice-presidente juiz João Luis Manassés de Albuquerque, foram coletadas assinaturas de mais de trezentos magistrados favoráveis à proposta de Unificação dos Tribunais de Justiça e Alçada do Estado do Paraná, um

João Luis Manassés de Albuquerque

Filho de Alceu Martins de Albuquerque e de Maria Clotilde Manassés de Albuquerque, nasceu no dia 19 de julho de 1940, em Curitiba (PR). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná, turma 1966. Realizou seus estudos primário e secundário no Colégio Bom Jesus de Curitiba. Concluiu o Curso de Infantaria, alcançando o posto de 2º Tenente, no CPOR.

Exerceu a advocacia até 1970. Submeteu-se a concurso público para a magistratura paranaense. Aprovado em 1972 foi nomeado juiz substituto na 13.ª Seção Judiciária de Cascavel e designado para as comarcas de Guaraniaçu, Toledo, Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Capanema, Medianeira e Matelândia. Em 1974 assumiu as funções de juiz de direito de entrância inicial em Carlópolis. Judicou, em seguida, em Rebouças, sendo promovido para a entrância intermediária de Cascavel em 1978. Removido para a comarca de Palmas em 1980, em 1985 foi promovido a juiz de direito substituto da 22.ª Seção Judiciária de Entrância Final de Londrina. Logo em seguida, veio a remoção para Ponta Grossa. Chegou à Capital em 1990, como titular da 1.ª Vara de Família da Capital.

importante documento enviado aos deputados federais e a todos os senadores da República.

O trabalho político foi desenvolvido de forma contínua e acentuada. Nos anos seguintes o Tribunal de Alçada constituiu uma Comissão Especial, presidida por três presidentes do Tribunal de Alçada em suas respectivas gestões, Clayton Coutinho de Camargo, Josué Duarte Medeiros e João Luis Manassés de Albuquerque e a participação do juiz Jorge Wagih Massad, diretor da Associação dos Magistrados Brasileiros, naquele período.

Sobre a unificação da Segunda Instância, magistralmente já afirmava o eminente ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Sálvio de Figueiredo Teixeira:

“A existência de Tribunais de Justiça e de Al-



Em 14 de maio de 1999 foi promovido ao cargo de Juiz do Tribunal de Alçada do Paraná. Seus pares o elegeram vice-presidente e presidente da corte, nos anos de 2001/03 e 2004, respectivamente. Participou dos trâmites para a incorporação dos tribunais, tendo a fusão com o Tribunal de Justiça do

Paraná ocorrido na sua gestão. Em 31 de dezembro de 2004 foi promovido ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Escolhido 2.º Vice-Presidente do TJPR, em 2009/10, ocupou o cargo de Supervisor Geral dos Juizados Especiais.

Elegeu-se 1.º Vice-Presidente da Amapar nos anos 2002/03, gestão Roberto Bacellar. Aposentou-se em 19 de julho de 2010. Dirigente profícuo, atleta destacado, jogador de futebol, colaborou na diretoria de esportes de sua entidade e prestou relevantes serviços à magistratura e ao Poder Judiciário paranaenses. É pai dos magistrados Luciano Campos Albuquerque e João Luiz Manassés de Albuquerque Filho. 

çada para oferecer a mesma Justiça em uma só unidade da Federação esbarra hoje em manifesto contra-senso. Já não existe Alçada que justifique a permanência dos chamados tribunais inferiores. Eles integram o último órgão solucionador das lides no âmbito das unidades federadas, equivalendo em relevância de atuação aos próprios Tribunais de Justiça que se dispõem a abrir mão de parcela considerável de sua competência, transferindo-a aos Tribunais de Alçada, e assim reconhecem inexistir diferença ontológica entre eles.”

Muito embora a Proposta de Emenda Constitucional que tratava da Reforma do Poder Judiciário, incluindo a Extinção dos Tribunais de Alçada, tenha sido aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, no ano de 2003, tal Emenda

Constitucional (PEC 45) não foi promulgada.

Na nova legislatura, no ano de 2004, com outros membros, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania abriu a matéria para nova discussão pública. Após inúmeras manifestações das instituições interessadas, inclusive da Comissão Especial do Tribunal de Alçada do Paraná, o senador relator concluiu pela rejeição da sugestão, entendendo haver inconstitucionalidade na proposta de extinção dos Tribunais de Alçada.

Daí houve a imediata manifestação do senador Álvaro Dias, apresentando uma emenda na Comissão de Constituição e Justiça, no sentido de reincluir no texto do Relatório a extinção dos Tribunais de Alçada.

A Comissão do TA entrou em contato com o senador Álvaro Dias. O juiz Francisco Rabelo e o professor Clemerson Merlin Clève elaboraram um estudo e parecer jurídico constitucional, entregues em mãos, pela Comissão do Tribunal de Alçada, ao senador Álvaro Dias, servindo de subsídio jurídico constitucional à Emenda aglutinativa ofertada pelo parlamentar paranaense.

Em seguida, os integrantes da Comissão do TA contaram com o inestimável apoio do saudoso deputado federal Max Rosenmann, que recebeu em seu gabinete os líderes de bancada do Senado Federal.

Presente o senador José Jorge, relator do projeto, este concordou em reincluir no texto a Extinção dos Tribunais de Alçada, caso houvesse a aquiescência dos demais líderes. Reunidos os senadores Álvaro Dias do PSDB, Osmar Dias do PDT, Flávio Arns do PT, o deputado Max Rosenmann, mais os membros da Comissão do TA com os líderes do governo e o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, houve a concordância de todos e o acolhimento da tese.

Assim, a Emenda Aglutinativa foi recepcionada pela Comissão de Constituição e Justiça, reincluída no texto, aprovada pelo Senado Federal e promulgada em 08 de dezembro de 2004, Dia da Justiça, pelo Congresso Nacional.

Por Edson Ribas Malachini

Brincar com palavras

*Com as palavras gosto de brincar;
Por isso faço poema, soneto;
Mas não confundamos ao falar:
Poema não é poesia: o correto*

*É a poesia no poema estar;
Mas também no sorriso, no afeto,
No nascer e no pôr do sol, no luar,
No pássaro, na flor, no olhar diletto.*

*A poesia está em toda parte,
Presente em cada encontro e despedida,
No trem que chega e no trem que parte;*

*A poesia, enfim, está na vida
E até na morte, e no sofrer que parte
O coração, na hora da partida...*

O instante fugidivo

*Como viver o instante fugidivo?
Se hesitamos, quedamos no passado
Ou voamos ao futuro luzidivo,
E a atenção denota o seu enfado.*

*É tão frustrante esse desafio
Porque não pode o agora ser pensado;
O pensamento leva, como um rio,
O brilho do presente, apagado.*

*Assim é a vida, continuo evolver;
Cada momento, a outro sucedido,
É tão fugaz, no seu acontecer,*

*Porque o pensar distrai do que é vivido
Para a ilusão do dever-ser,
Que é apenas miragem do querido...*

Soneto de mim mesmo

*Sou aquele que viveu vinte e um mil
E novecentos e mais quinze dias?
O que, lançado ao mar das nostalgias
E assim, tragado pelo tempo vil,*

*Levado pelo vento, mal nascido,
Pensou, decerto, todo pensamento,
Sentiu, deveras, todo sentimento?
Sou o que fui, ou sou não tendo sido?*

*Sou eu alguém que aportou sozinho
Na solidão do hoje, sem memória,
Apagando os passos do caminho?*

*Só vive o que é novo a cada alento,
Como um ser sem passado e sem história,
Que tudo vê somente em seu momento...*

Poema puro

*Não a poesia hermética, cifrada,
Imagem de exclusivo devaneio,
Mais do que sentida, interpretada;
Quero antes o poema em enleio*

*De arroio murmurando sobre a pedra;
A poesia camoniana dos sonetos
(Que em solo apurado apenas medra),
Em versos de recônditos aspetos,*

*Síngelos como o rio que emana,
Fio d'água, de incógnita nascente,
E, caudaloso, segue a sua via;*

*Quero a poesia solar, pessoana,
A um tempo profunda e evidente,
De evidência tal que ninguém via!...*

Edson Ribas Malachini

Ingressou na magistratura paranaense em 1969 e aposentou-se em 1995, no cargo de juiz do Tribunal de Alçada, mais tarde extinto e seus integrantes absorvidos pelo Tribunal de Justiça do Estado, tendo-lhe sido atribuído o título de Desembargador por decreto do então Presidente do mesmo Tribunal de Justiça.

Bacharel da turma de 1965 da UFPR, professor da Universidade Federal do Paraná, com curso de aperfeiçoamento na Università delle Studi di Milano; mestre e doutor em Direito pela mesma Universidade e pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Na Amapar, foi professor e diretor da Escola da Magistratura do Paraná no ano de 1993.

Autor dos livros "Questões sobre a Execução e os Embargos do Devedor" (Ed. RT), "Comentários ao Código de Processo Civil", coleção da Ed. Revista dos Tribunais, vol. X (2000), e "Ato Administrativo" (Ed. Juruá). É membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas - APLJ.



Por Nelson França Pereira

Trem de Paranaguá

*Menino da Vila Fernandes,
Morava à beira da linha,
Rememoro o trem passar
De manhã e à tardezinha*

*O trem de ferro apitando,
E vai passando a vagãozada,
Ah! Quanta gente está olhando,
Sorridente e admirada.*

*Alguns são vagões de carga,
A boiada transportando.
Em seguida, os passageiros,
Das janelas acenando.*

*A dona Maria Fumaça,
Enfileirados os vagões,
Transportava um povo, a massa,
Forno em brasa caldeirões.*

Nelson França Pereira

Nasceu em Rio das Pedras, município de Paranaguá, em 26 de junho de 1944, filho de Múcio Pereira e Marina França Pereira.

Iniciou seus estudos no Grupo Escolar Estados Unidos da América e concluiu o curso secundário no Colégio Estadual José Bonifácio, ambos na cidade de Paranaguá. Transferiu-se para Curitiba e passou a cursar o Colégio Estadual do Paraná, ingressando na Faculdade de Direito da UFPR, tornando-se bacharel na turma de 1975.

Acadêmico, trabalhou em firma de contabilidade e, também, no escritório de advocacia do eminente advogado Jaime Stivelberg, quando conviveu com o futuro des. Telmo Cherem.

Ingressou na magistratura paranaense, em 1980, na função de juiz substituto da 45.^a Sessão Judiciária, com sede em Santo Antônio da Platina. Nomeado juiz de Direito da Comarca de Barbosa Ferraz, removido para Joaquim Távora e promovido para Cornélio Procópio e Cascavel, respectivamente e, nesta última, aposentou-se.

Na Associação dos Magistrados do Paraná foi eleito 1º tesoureiro em 2004/05, gestão Gilberto Ferreira. Esportista, participa de campeonatos de futebol promovidos pela Amapar, desde os primeiros torneios organizados entre os magistrados. Compete igualmente em atletismo, tendo conquistado muitas medalhas e o respeito de seus colegas, por ser um atleta habilidoso, combativo e estimado. 



*O maquinista apitando
E o desfile acontecia,
Rodas de ferro, rangendo,
E nos trilhos, sinfonia.*

*Na estrada de ferro rodando
Os "infundáveis" vagões,
E a molecada contando:
Quarenta e três grandalhões.*

*Ah! Meu trem maravilhoso...
Você me deixou triste um dia,
Meu cachorro branco, o rex...
Sofrimento, que agonia!*

*A criança chorando,
Foi aquela correria,
Porém, rex não escapou,
E foi com o trem da alegria.*

*Na noite escura, um farol,
Vê-se um trilho iluminado,
Maria fumaça voltando...
Vai ter seu fogo apagado.*

*Hoje é só recordação,
Da Maria e da fumaça,
De um apito e da estação...
Ah! Saudade: vê se passa.*

Filho do Rio das Pedras

*Sou filho do Rio das Pedras,
Tenho a honra de afirmar.
É um lindo recanto da serra,
Entre as montanhas e o mar.*

*Vendo o sol aparecendo,
P'ros lados das águas faceiras,
Passarinhos vão cantando
nos laranjais, goiabeiras*

*Cajueiros, ameixeiras,
Belos jabuticabais
Araçás e amoreiras,
Tucuns e doce de ananás.*

*Multicoloridas aves,
Sairinhas, bem-te-vís
Coleirinhos, tico-ticos,
Tiés-sangue nos caquis.*

*Mais ao longe se ouve o canto
Do sabiá-laranjeira,
Com seu trinado me encanto,
Vem do porto, àquela beira.*

*São periquitos verdes
Os festeiros lá da mata,
Canarinhos, curios,
Melodias em cascata.*

*Lá se vai uma canoa,
Vencendo a rebentação,
Januário está na proa,
No remo, Múcio é o irmão.*

*Voltava ao porto, à tardinha,
Forte e brava, a embarcação.
Trazia robalos, tainhas,
Também ostras, mexilhão.*

*Pernas-de-moça, guirís,
Mambecas, arraías, sardinhas,
Em certa feita eu pesquei,
Um cesto de pescadinhas.*

*Estas lembranças as descrevo,
Mas quero encerrar, por agora,
Antes que uma tal saudade
Não me permita ir embora.*

A raia

*Nas carreiras dos cavalos,
O bairro da Raia se enchia,
Aos domingos, aquela gente,
Nos páreos berrava, torcia.*

*Era um jogo admirável,
Montaria e cavaleiro,
Um forte, fungante, notável,
Rendido ao magro mateiro.*

*Os animais galopando,
Deixam rastro de poeira,
A morena está gostando,
Mas... continua faceira.*

*O Nicolau era jóquei,
De vez em quando corria,
Resultado quase certo,
Normalmente, ele vencía.*

*Bem perto da pista equestre,
Morava tio Nicolau,
Tia Laura e o primo Antônio,
Desde novo um varapau.*

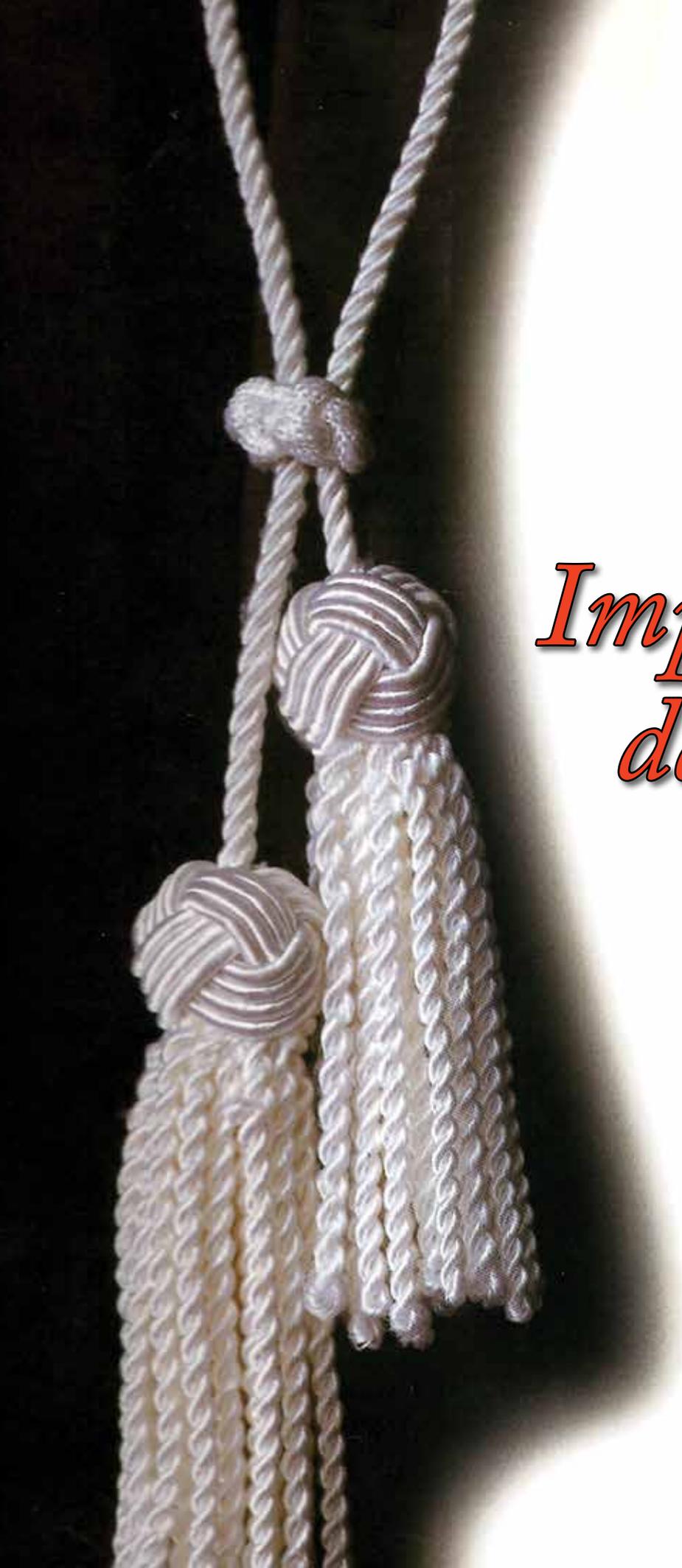
*Bem me lembro da jaqueira,
Que em frente à morada,
As jacas maiores do mundo
Lá estavam penduradas.*

*Falei sobre o bairro da Raia,
Sem fazer nenhum atalho
P´rá dizer que a Vila Russa,
Era perto desse bairro.*

*E foi para a Vila Russa,
O lugar, que porfim eu me mudei,
Deixando a Vila Fernandes
Onde passava o trem.*



Guilherme Matter - Pinheiros.



Impressões da Índia

Por Cláudio de Andrade



Taj Mahal, Agra.



A Índia sempre atraiu minha atenção. Desde os bancos escolares quando estudava a divisão do povo em castas estanques e a religião, até os últimos anos quando, através de filmes e livros, tomava contato com pormenores desse país exótico, cheio de contrastes e de civilização milenar. O que mais me chamava a atenção eram os templos religiosos do sul da Índia, com a estranha arquitetura Dravidiana, porém belíssimos em sua magnífica imponência. O estudo da religião, chamada de Hinduísmo, ao lado de várias outras (a exemplo do Islamismo, Budismo, Jainismo, Siquismo, Maniqueísmo, etc), também me atraía, diante da profusão de lendas maravilhosas das aventuras dos deuses e da enorme complexidade de suas esculturas finamente trabalhadas e esculpidas na rocha dos templos, pintadas com cores berrantes e multicoloridas, alguns construídos em arenito (mormente no centro-norte) e outros em granito, no sul. Além disso, a civilização milenar que desabrochou no Vale do Indo, e que deu nome ao país “Índia”, já atraía Alexandre



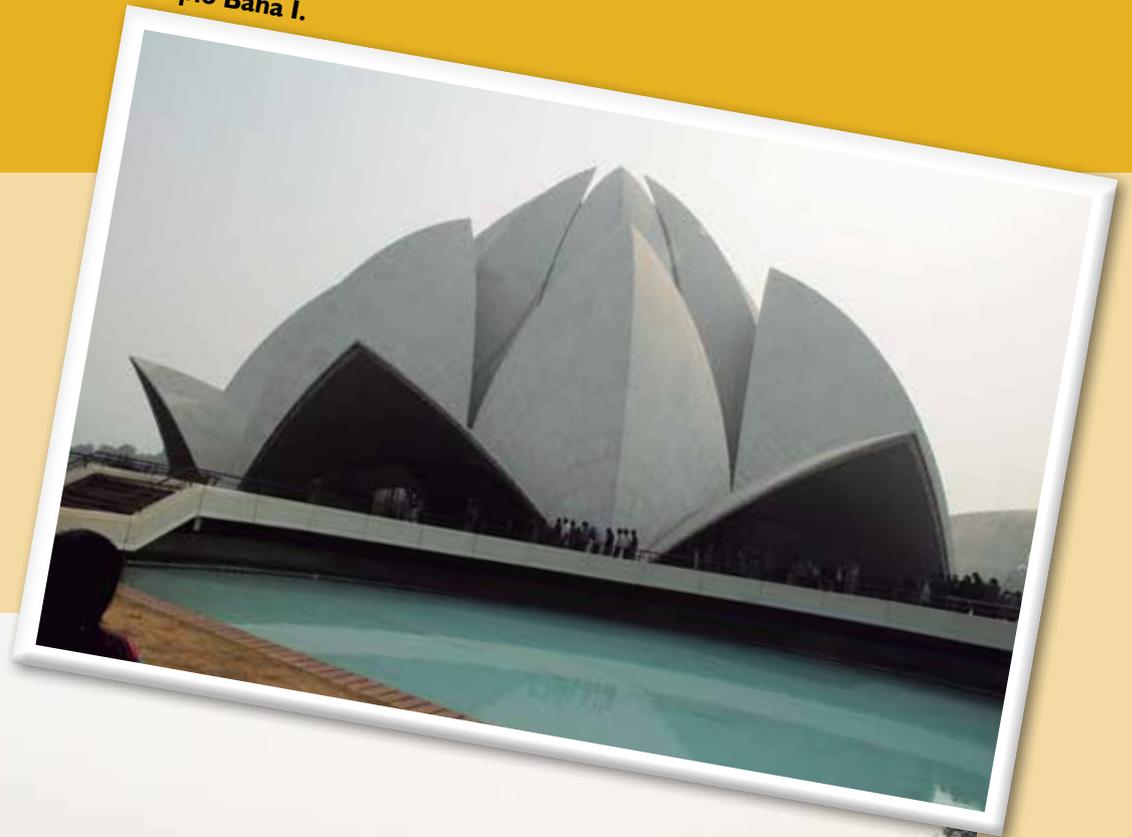
Magno na Antiguidade, os mongóis nas Idades Média e Moderna, que se converteram ao Islã, assim como os portugueses que lá foram em busca das especiarias também na Idade Moderna, o que desencadeou as grandes navegações e a descoberta do Novo Mundo e, ainda, os ingleses que dominaram politicamente o país a partir dos séculos XVIII e XIX. Finalmente,

o grande Mahatma Ghandi conseguiu, através de esforços pacíficos de uma vida inteira, a tão almejada independência da Índia em 1948. De lá para cá o país atravessa problemas enormes com a super população (hoje em torno de 1,2 bilhão de habitantes), a miséria e o subdesenvolvimento, ao tempo em que, simultaneamente, desfruta de imenso progresso tecnológico



Tumba Humaium.

Templo Baha I.



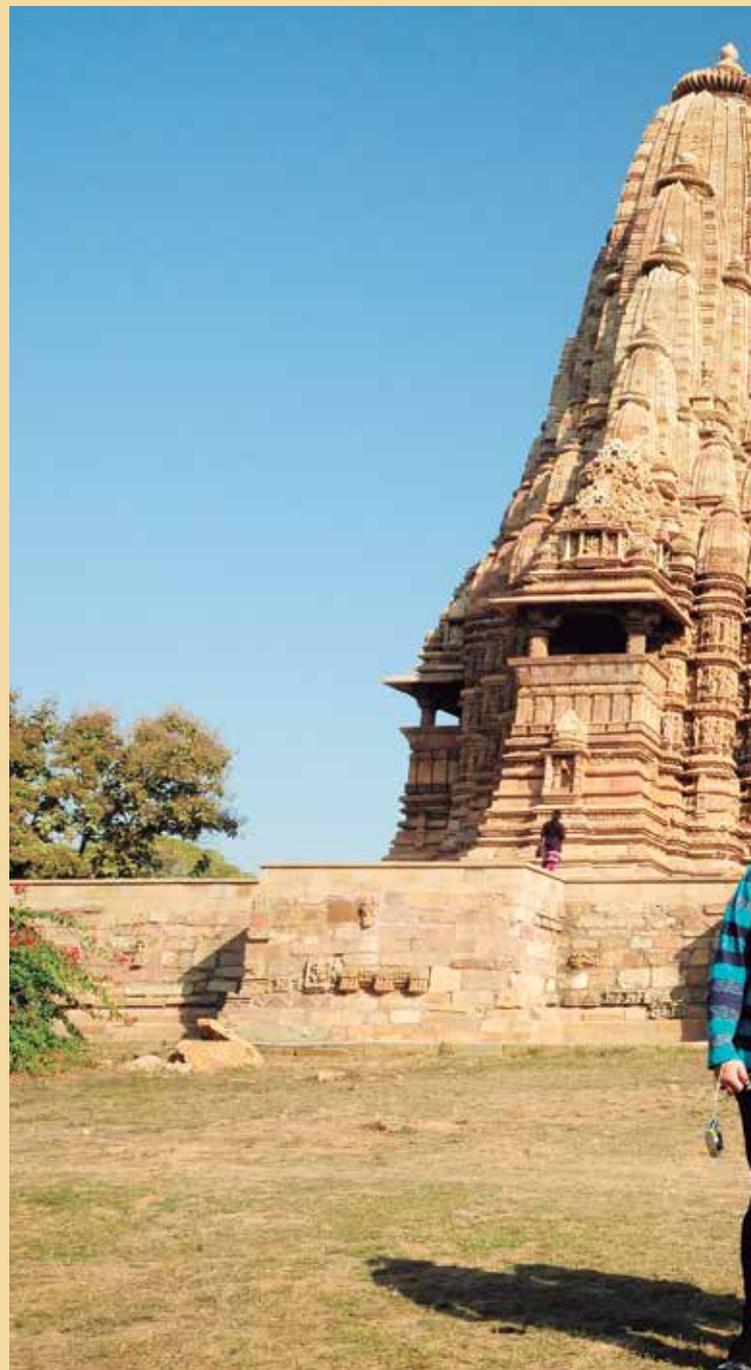
em Tanjavur e o Templo de Ouro, no Punjab. A Índia é realmente espantosa, carismática e surpreendente.

A profusão de templos, mesquitas, palácios, observatórios e prédios estupendos chamam a atenção de quantos a estudam e visitam, maravilhando e iluminando suas vidas.

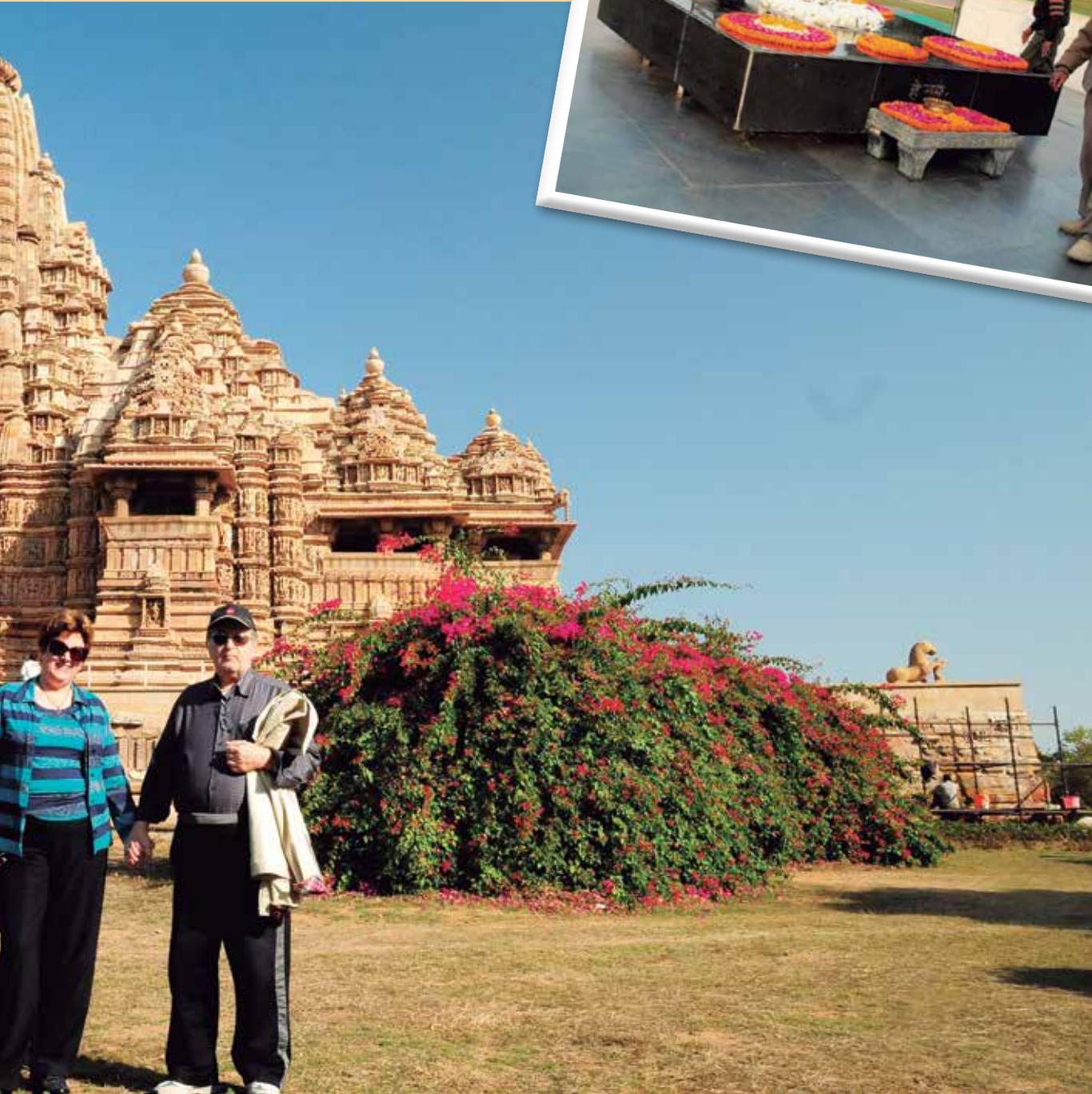
Com tais sentimentos, aliados a um estudo longo e paciente, um dia de novembro de 2012, subitamente, tive a clara intuição “vou à Índia” e, assim, numa preparação frenética consegui reservas de passagens, hotéis, transporte, ingressos em templos e tudo o mais que minha aguçada percepção desse país fantástico determinava. O roteiro já estava pronto em minha mente de tal forma que o planejamento foi imediato, destacando visitas ao norte e centro da Índia, onde estão o Templo Bahá’í, em Delhi, o Taj Mahal, em Agra e o Kandarya Mahadev, em Khajuraho. Ao sul, praticamente escondidos em cidades de remoto acesso e lugares pouco visitados, os magníficos templos Minakshi, em Madurai, Airawateswara, em Darasuran e Brihadiswara, em Tanjavur. Eu também aspirava visitar o conhecido Festival Pongal, realizado perto de Madurai, na vila de Mellakottai que celebra a colheita do arroz no mês de janeiro.

Assim, como os antigos “se faziam ao mar”, larguei-me com minha esposa Margaret numa viagem aérea sem precedentes em nossa vida, de São Paulo a Dubai e depois à Índia.

Já em Delhi, visitei a mesquita Jami Masjid, a maior da Índia, que tem uma feira de tecidos e artesanato próxima, que reflete



Memorial Gandhi.



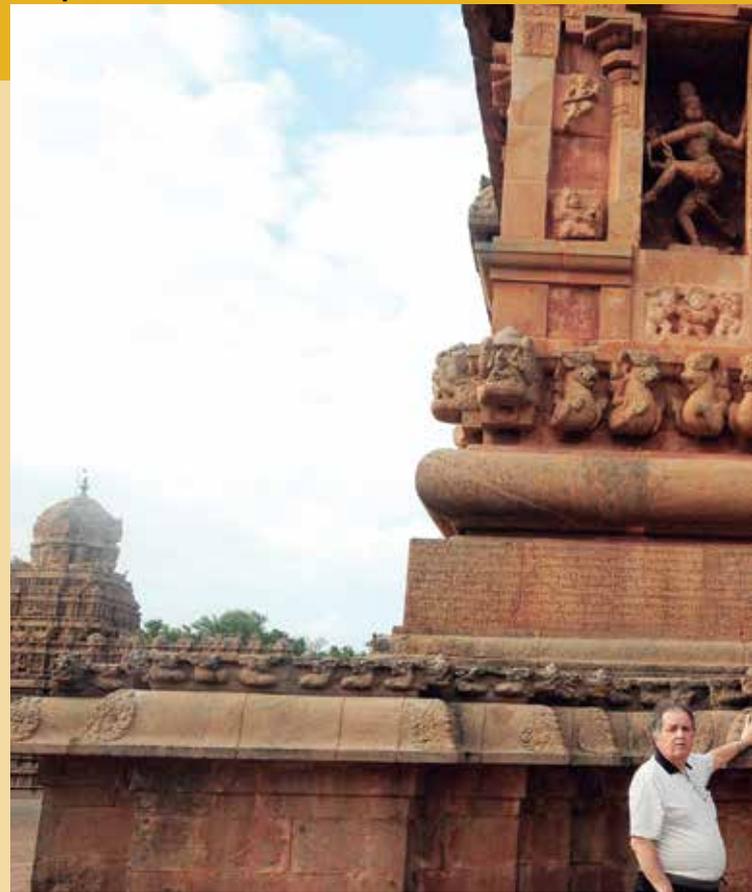
Templo Kandaryia Mahadev, Khajuraho.

Templo Brihadiswara.

e cibernético, gerando riquezas e bem estar a muitos de seus cidadãos, fazendo com que integre o grupo dos “brics” (países emergentes dos dias de hoje), ao lado de Brasil, Rússia, China e África do Sul.

Seu território é quase um continente, pouco menor que o Brasil, situado no hemisfério norte, ao sul da China e do Nepal, com formato aproximado de um “losango”, banhado ao leste, sul e oeste pelo Oceano Índico. Ao norte está junto aos Himalaias, sendo sua superfície, de modo geral, plana, com poucas cadeias de montanhas. Durante os meses de junho a setembro é fustigada pelas Monções, chuvas torrenciais e tempestades que além de “lavarem” a rica pintura dos templos, também paralisam o turismo e a aviação, o que justifica a temporada turística dar-se de janeiro a abril, época que escolhi para a imensa viagem que pretendia fazer. O idioma, ao lado de tantos outros que lá se falam, é o hindu, sendo o inglês falado pela minoria de norte a sul, embora a longa dominação inglesa tenha imposto seu idioma. Para o turista ocidental a comunicação torna-se fácil quando se fala inglês, pois embora de uso reduzido, guias, motoristas e funcionários de hotéis também o falam. Os hotéis são excelentes e a comida é exótica, porém muito temperada, o que causa forte contraste com nossos hábitos.

Nessa conjuntura que mescla riqueza e pobreza, superpopulação, inúmeras religiões com seus monges caminhando pelas ruas envoltos em mantos multicoloridos e turbantes que distinguem os vários credos, megalópoles





Templo Brihadiswara.



Fiéis no Templo.



Fiéis no Templo.

como Delhi, Mumbai (antiga Bombaim) e Bangalore, ao lado de pequenas vilas com casas e pavimento precários e sem coleta de lixo. A monocultura agrícola principalmente no sul (arroz), mescla-se com o comércio e indústria poderosos que dispõem inclusive de indústria aeronáutica, situados principalmente ao norte, como ainda belezas naturais estonteantes como os Himalaias e colossais obras humanas como o Taj Mahal, em Agra, o Brihadiswara,



Torre da Vitória.

verdadeiro caos de pessoas, mercadorias e trânsito, depois a tumba Humayum, magnífico edifício do século XVI (1565), construído em arenito vermelho, que servira de Palácio do Governo ao Marajá da época, posteriormente convertido em túmulo da família real, onde estão sepultados mais de cem de seus parentes. Na sequência, fomos ao Memorial Ghandi, onde prestamos emocionada homenagem ao grande pacificador e herói da independência indiana. A visita foi conduzida ao Templo Tulipa, Bahá'í House, de 1986, dedicado a todas as religiões indistintamente, o qual dispõe de interior minimalista sem qualquer altar, escultura ou adorno, onde todos são convidados a proferir orações silenciosas em suas próprias crenças.

Seguimos então de carro para a cidade de Jaipur, capital do Estado do Rajasthan, o de maior extensão territorial da Índia. Jaipur é chamada de “a Cidade Cor de Rosa”, visto que a maioria de suas construções (casas, etc) são pintadas nessa cor em comemoração à visita do administrador inglês no século XIX. Lá está o Palácio do Vento, ao centro, e o Amber Palace, em estilo islâmico, no alto da montanha, sede da antiga capital, cujo acesso se dá em passeio sobre elefantes finamente ornamentados e por cujo caminho se veem encantadores de serpentes. Em Jaipur, além de suas inúmeras atrações, destaca-se ainda um local de descanso para as antigas famílias reais, o Palácio das Águas, construído no centro de um lago já à entrada da cidade, com jardins internos onde se desfrutam das calmas tardes de verão. Existe

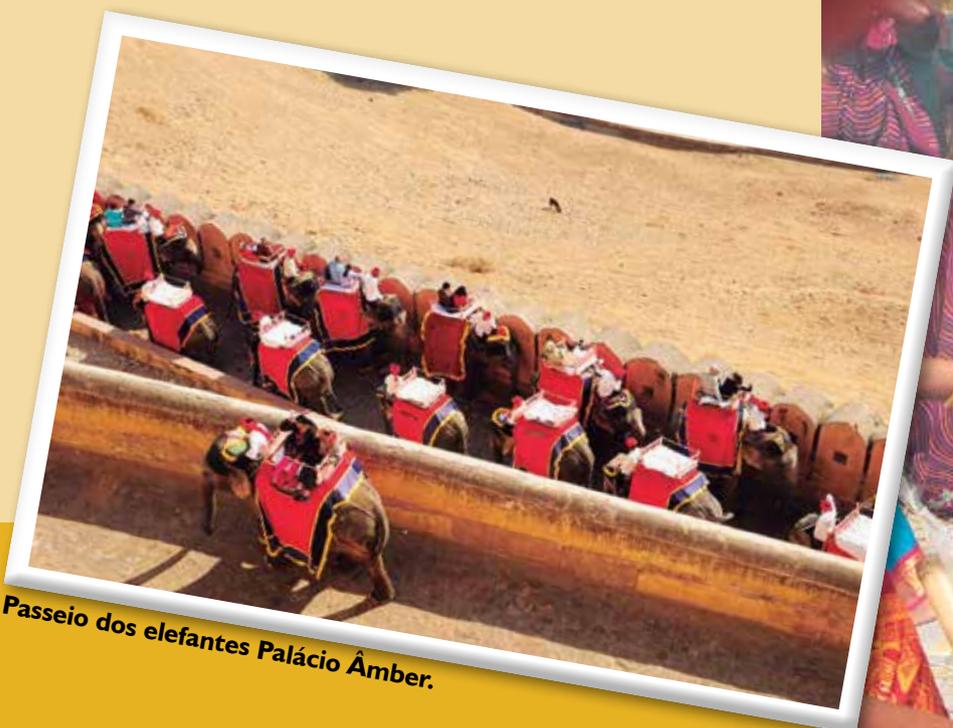


Indiano típico, Tanjavur.

ainda um observatório astronômico construído entre 1728 e 1734, no qual seus instrumentos de alvenaria parecem esculturas gigantescas, tendo um relógio de Sol enorme e vários outros para identificação de estrelas.

De Jaipur, ainda de carro, fomos a Agra, a antiga capital onde está o Taj Mahal (a jóia da coroa), belíssimo monumento, construído em tijolo e todo revestido em mármore branco (entre 1631 e 1643) e estilo muçulmano, pelo então governante Marajá Shah Jahan destinado ao túmulo de sua mui amada esposa Muntaz Mahal (a jóia do palácio). O Taj Mahal é conhecido no mundo todo pelas suas dimensões e beleza. Está situado num parque todo decorado com jardins e espelhos d'água. A primeira visão do Taj Mahal é uma experiência única e causa forte emoção no visitante, chegando às lágrimas, o que me aconteceu. Seu construtor, Sha Jahan, desejava erguer o edifício mais lindo do mundo, que refletisse o Paraíso, local que julgava onde sua esposa deveria estar, de tal modo que mandou orna-

Festival Pongal, Mellakottai.



Passeio dos elefantes Palácio Âmber.

Indianos no Templo.



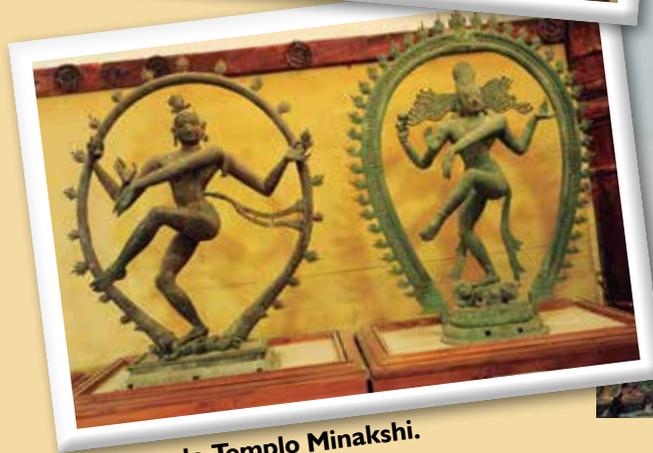
mentar o prédio com pedras semi-preciosas e multicoloridas incrustadas no mármore da fachada (chamado de mármore marquetado), além de enfeitar seus jardins externos com flores, as mais variadas, que mandou buscar em toda a Índia. Assim, quem lá passeava, diante de tamanha beleza e o inebriante perfume das flores que o rodeava, deveria ter a sensação do Paraíso, lembrando sempre do local onde estava a rainha, seu grande amor. Ao falecer, aos 76 anos, Shah Jahan também foi sepultado neste local, ao lado da rainha, sendo as duas únicas sepulturas existentes até hoje. O Taj Mahal, segundo os indianos, além de ser o túmulo da rainha, é um Monumento ao Amor que serve de exemplo ao mundo todo. As mais variadas emoções que ele desperta à sua vista, invadem a alma do visitante a tal ponto que é impossível descrevê-las, por mais que se deseje. Esse relato que faço não reflete nem de longe o que senti quando lá estive. Só indo lá para saber...

Ainda de carro, visitamos a Fortaleza da Cidade de Gwallior e, posteriormente, em

Mexendo o Pongal.

Khajuraho, pequena cidade de 4.000 habitantes situada mais a leste do centro da Índia, fomos ao templo Kandaryia Mahadev, construído em arenito, dedicado ao deus Shiva, altamente simbólico e tendo várias torres que representam as maiores montanhas do Himalaia. Esse templo estava completamente envolvido pela floresta e só foi descoberto em 1839 por um explorador inglês, que promoveu a limpeza do sítio arqueológico e proporcionou à humanidade o espetáculo sem par que ele significa.

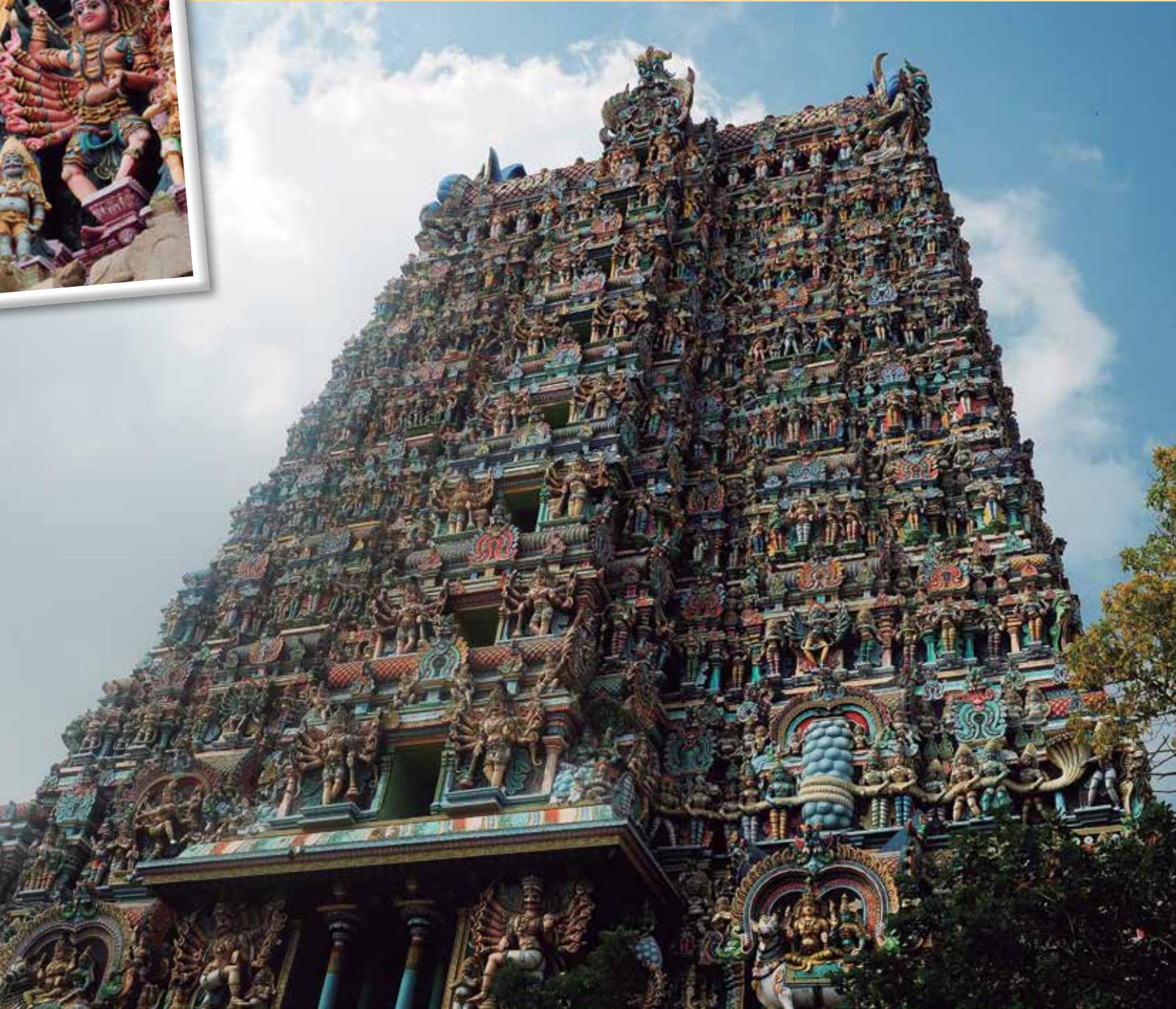
Regressando a Delhi e cruzando a Índia do extremo norte ao extremo sul de avião, fomos a Madurai, a segunda maior cidade do Estado de Tâmil Nadu, antiga Cidade-Templo, que se formou à volta dele e que mantinha comércio com gregos e romanos, hoje com aproximadamente 3,5 milhões de habitantes, a qual serviria então de base à visita aos tão sonhados Templos Dravidianos Minakshi (lá mesmo em Madurai), Airawateswara em Darasuran, pequena vila vizinha, e o Brihadiswara, em Tanjavur, cidade um pouco maior, também vizinha. Nessa época é realizado também o Festival Pongal, em pequena vila próxima, de nome Malakottai, destinado a comemorar a colheita do arroz, principal cultura do sul da Índia. Comecei pelo festival, também objetivo de minha viagem, que me causou surpresa e emoção, porque já o conhecia do seriado Cosmos, de Carl Sagan. Nessa vila o povo pinta o chão com figuras geométricas multicoloridas, assim como os chifres dos bois, além das mulheres se vestirem com “sáris” de luxo e



Detalhes do Templo Minakshi.



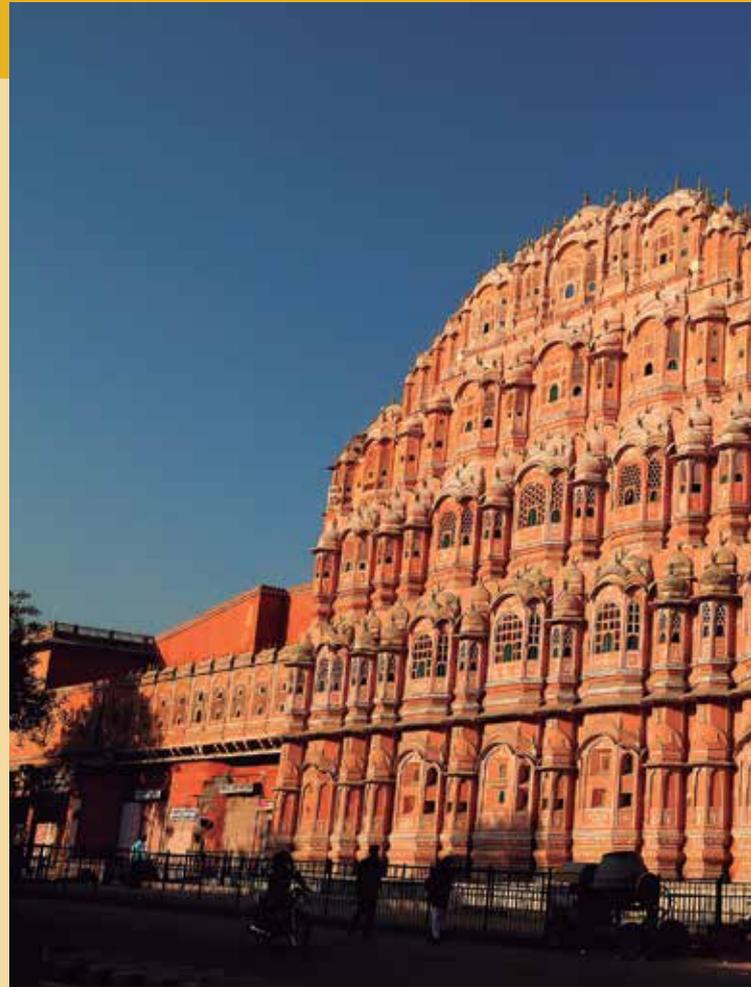
Templo Minakshi.



Palácio do Vento, Jaipur.

cozinhar arroz com açúcar em vasos de barro e oferecê-lo, quando pronto, ao Sol. Existem percussionistas que tocam tambores, fantasias com figuras de cavalos (a exemplo do nosso Bumba-meu-boi), e são realizadas danças por bailarinas enfeitadas com os trajes e chapéus típicos na Praça Central quando, então, os turistas são convidados a participar, havendo uma interação espetacular entre indianos e estrangeiros.

Depois fomos ao Templo Minakshi, com base retangular e dimensões gigantescas, e que ocupa aproximadamente um hectare bem no centro de Madurai. Esse templo, dedicado a Parvati e Shiva, seu marido, segundo a religião indiana, tem quatro colossais Gopurans (ou portais), um no centro de cada lado do retângulo, com 60 metros de altura e de arquitetura Dravidiana, contendo em suas fachadas milhares de esculturas de deuses em alto relevo incrustadas e com pinturas berrantes, de uma complexidade tão espetacular que se torna quase impossível sua descrição. Ultrapassados esses portais, chega-se ao templo propriamente dito, no interior do retângulo, onde se encontram mais doze torres, todas ornamentadas com esculturas de deuses, para depois se adentrar ao prédio principal, o qual contém corredores amplos com colunas finamente esculpidas em pedras e teto pintado com cores incríveis. A medida que se passeia pelos corredores se observam as várias capelas dedicadas a Shiva e Parvati, além de Ganesha, o deus menino com cabeça de elefante, filho do casal, até que se sai



Encantador de serpentes, Jaipur.





numa área enorme que contém um tanque de água em formato de gigantesca piscina, para purificação dos fiéis, e de onde se vislumbram também as várias torres já descritas. Existe ainda o Salão das Mil Colunas, com duas fileiras de 500 colunas cada, sendo que cada uma das colunas retrata a face de um deus do imenso panteão religioso Hindu. O Templo Minakshi é um colosso entre todos os templos da Índia, considerado Hindu por excelência, e onde o povo ora e interage.

Seguimos viagem na direção nordeste para a cidade de Tanjavur, onde está o também magnífico Templo Brihadiswara. Chegando à modesta cidade, de casas simples, com poucas calçadas, deparei-me com uma visão assustadora e impressionante: do meio da simplicidade dessas casas emergia uma torre de 60 metros de altura, com uma esfera de 80 toneladas, esculpida em um bloco só em seu topo. Era o Templo Brihadiswara, todo em granito e todo ornamentado com esculturas de Shiva e outros deuses em magnífica complexidade desde sua base até o alto. Foi erguido pelo rei Chola (povo que invadiu o sul da Índia a partir do Ceilão em plena Idade Média) Raja-Raja I, aproximadamente no ano 1000 d.C., e que hoje é protegido como Patrimônio da Humanidade pela Unesco. A visita a esse templo é emocionante e provoca inúmeras sensações. O povo comparece em massa, as mulheres usam multicoloridos “sáris” e levam as crianças que, de modo geral, têm o cabelo raspado, entregue às divindades ou até mesmo para o comércio internacional. Numa das capelas recebemos

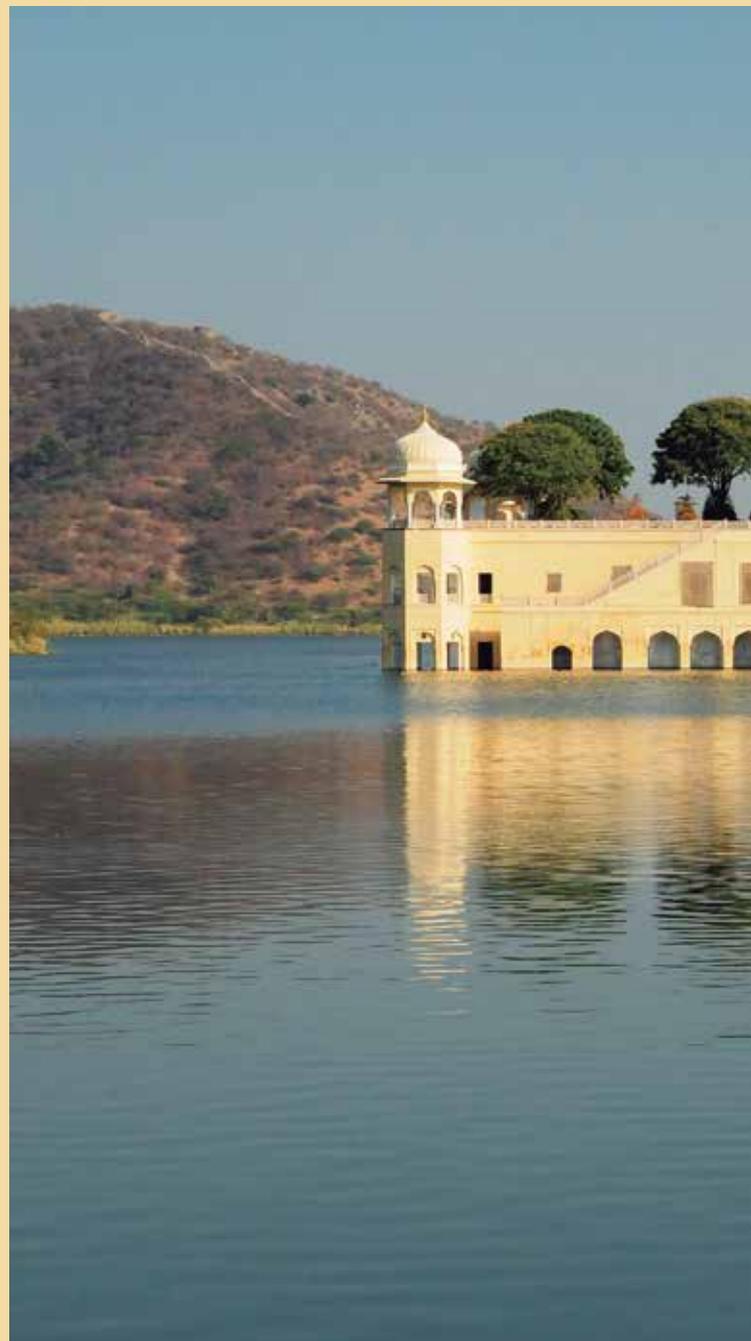


Bois enfeitados, Madurai.

orações e bênçãos de um sacerdote Brahman, que também nos marcou a testa com a famosa pinta vermelha indiana.

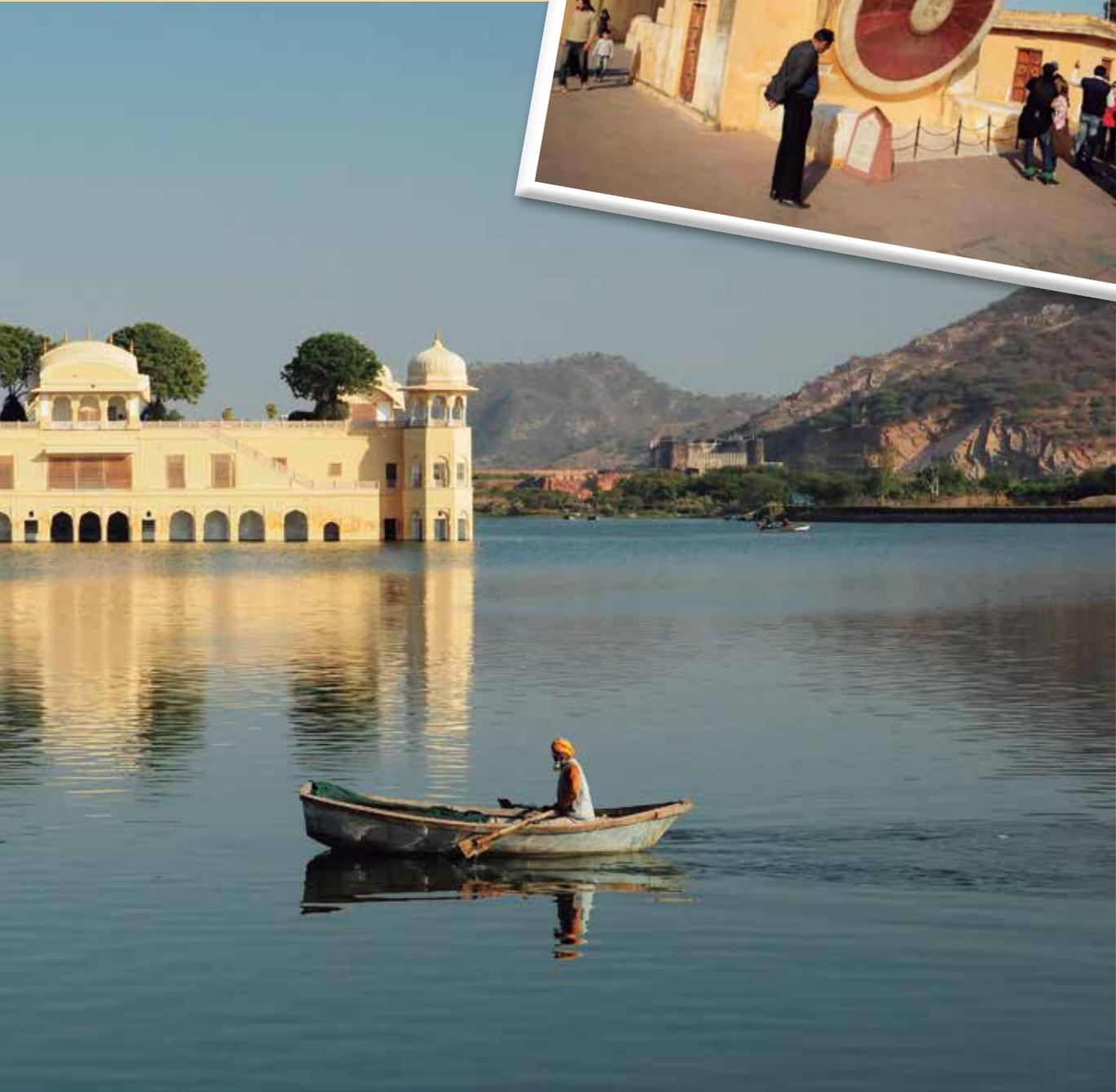
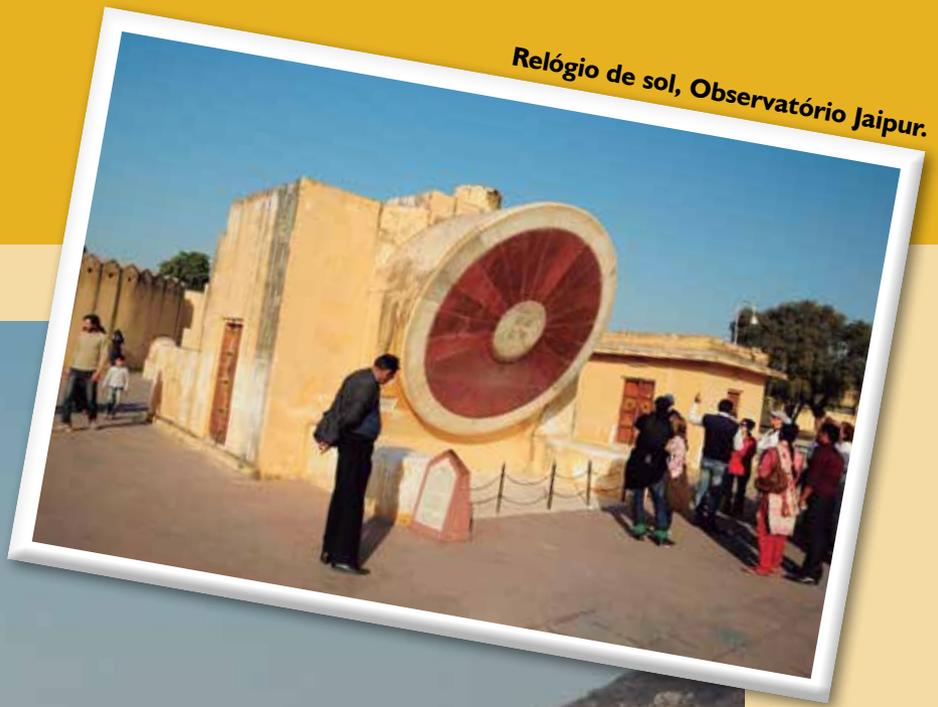
Rumamos então para Darasuran, uma pequena vila anexa a Kumbakonam, onde está o Templo Airawateswara, objeto primeiro de nossa viagem, mas cuja visita ficou para o fim. É o mais refinado do sul da Índia e também protegido pela Unesco, considerado Patrimônio da Humanidade. Construído em granito e detalhadamente ornamentado em suas paredes com esculturas de deuses em alto relevo, também foi construído pelos Cholas, aproximadamente em 1.100 d.C., agora pelo sucessor de Raja-Raja I, o rei Raja-Raja II. O templo é dedicado a Shiva e conta a lenda que um elefante branco que passeava por ali foi subitamente aprisionado e torturado, quando Shiva o libertou, o que levou o belo animal a adorá-lo. É o significado de Airawateswara, que dá o nome ao templo, representado pelo elefante branco que adora Shiva. O prédio é todo cercado de muros também de granito e está num belo parque todo ajardinado. Lá também fomos abençoados por outro sacerdote Brahman que, em emocionante ritual, acendeu uma chama numa vasilha de aço, de cuja queima retirou as cinzas e também nos marcou a testa com a famosa pinta vermelha. Foi o coroamento de um desejo, uma viagem de sonho que eu objetivara durante tantos anos.

Destaco ainda a maravilhosa lenda de Shiva, que após destruir o Universo, viu que a alguma distância à sua frente estava um belo vaso azul e dourado. Tomando de seu

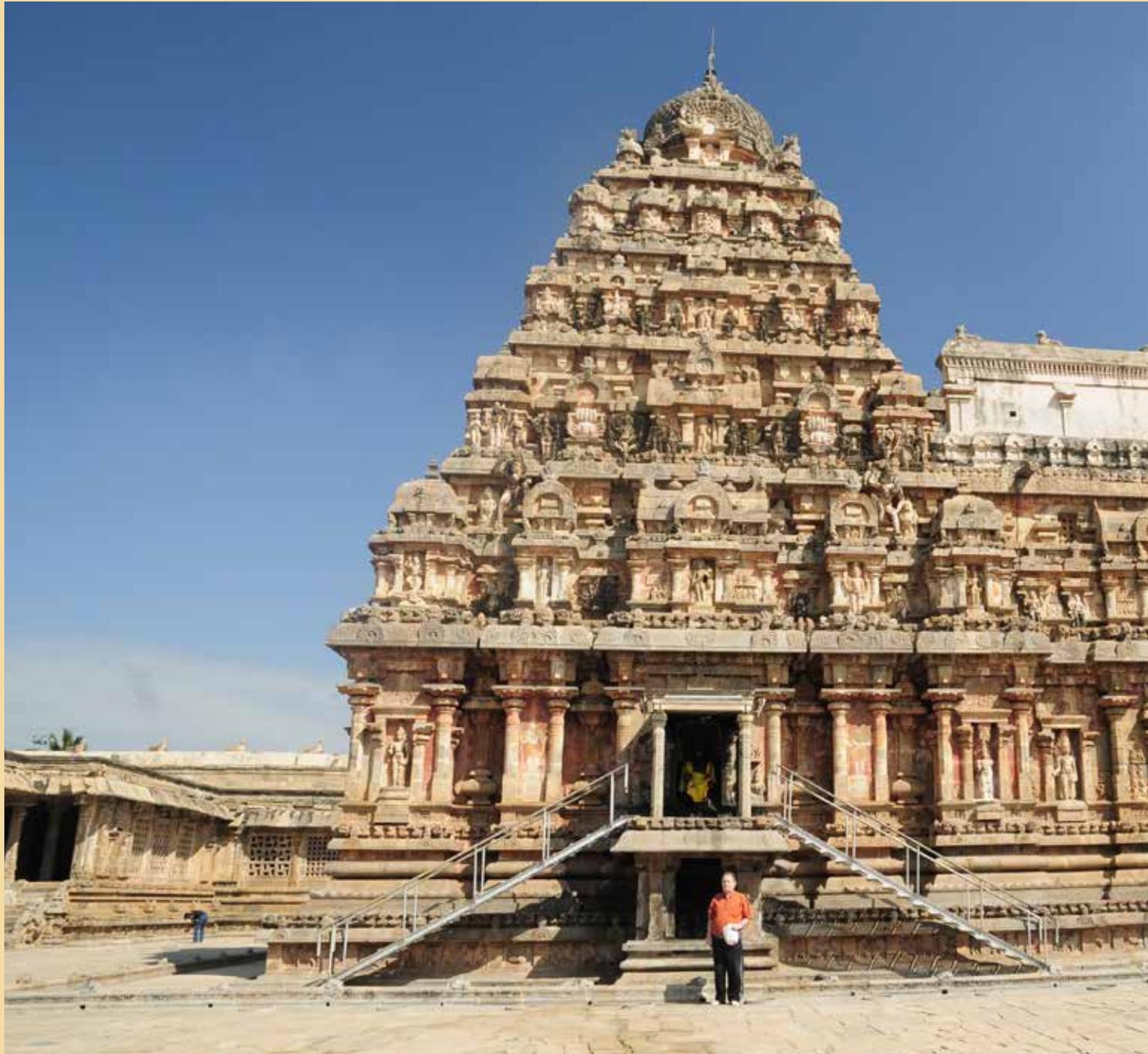


Palácio das Águas, Jaipur.

Relógio de sol, Observatório Jaipur.



Templo de Darasuran.





arco, Shiva armou uma flecha e apontou para o vaso. Disparou, e a flecha, acertando em cheio, quebrou o vaso fazendo com que o néctar que nele estava, de coloração turquesa, o qual continha a matéria prima do Universo, fosse espargido em todas as direções do éter, recriando, assim, a matéria e a vida...

Dali seguimos rumo a Bangalore, megalópole ao norte, capital do Estado de Karnataka, com 12,5 milhões de habitantes. É uma cidade que apesar de antiga, foi importante centro administrativo dos ingleses para todo o sul da Índia. Hoje é moderna, com edifícios no-
víssimos em aço escovado, espelhos e vidros “fumé”, além de avenidas largas e arborizadas, inúmeros viadutos que se sobrepõem e imensos edifícios como o Tribunal de Justiça e o Palácio do Governo, estabelecendo um contraste incrível com a simplicidade das vilas que havíamos visitado ao sul. Seguimos de avião para Dubai e de lá para São Paulo. Considero que para nós foi a realização de um sonho, uma aventura fantástica, uma epopeia...



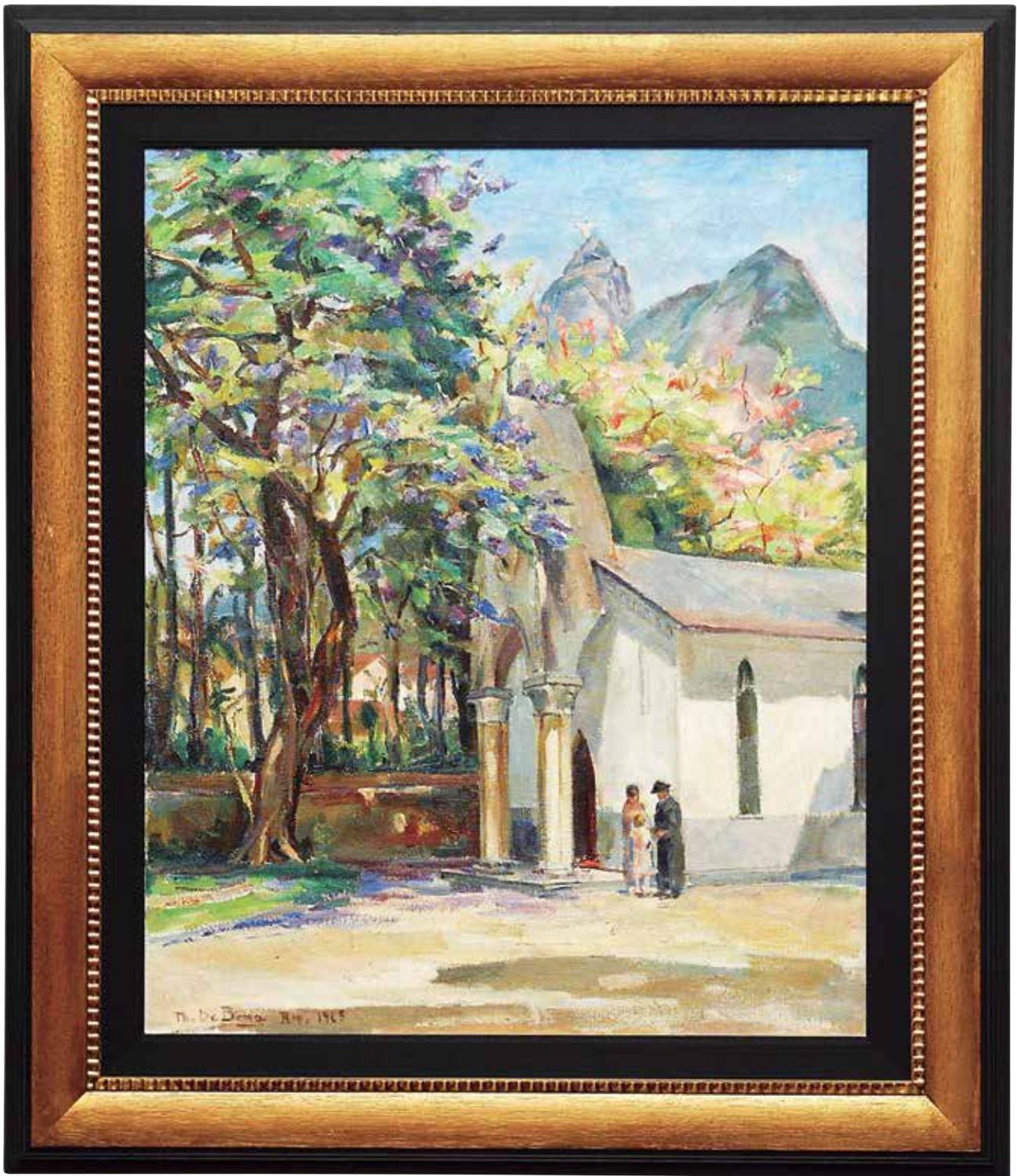
A Roda e o Cavalo, Darasuran.



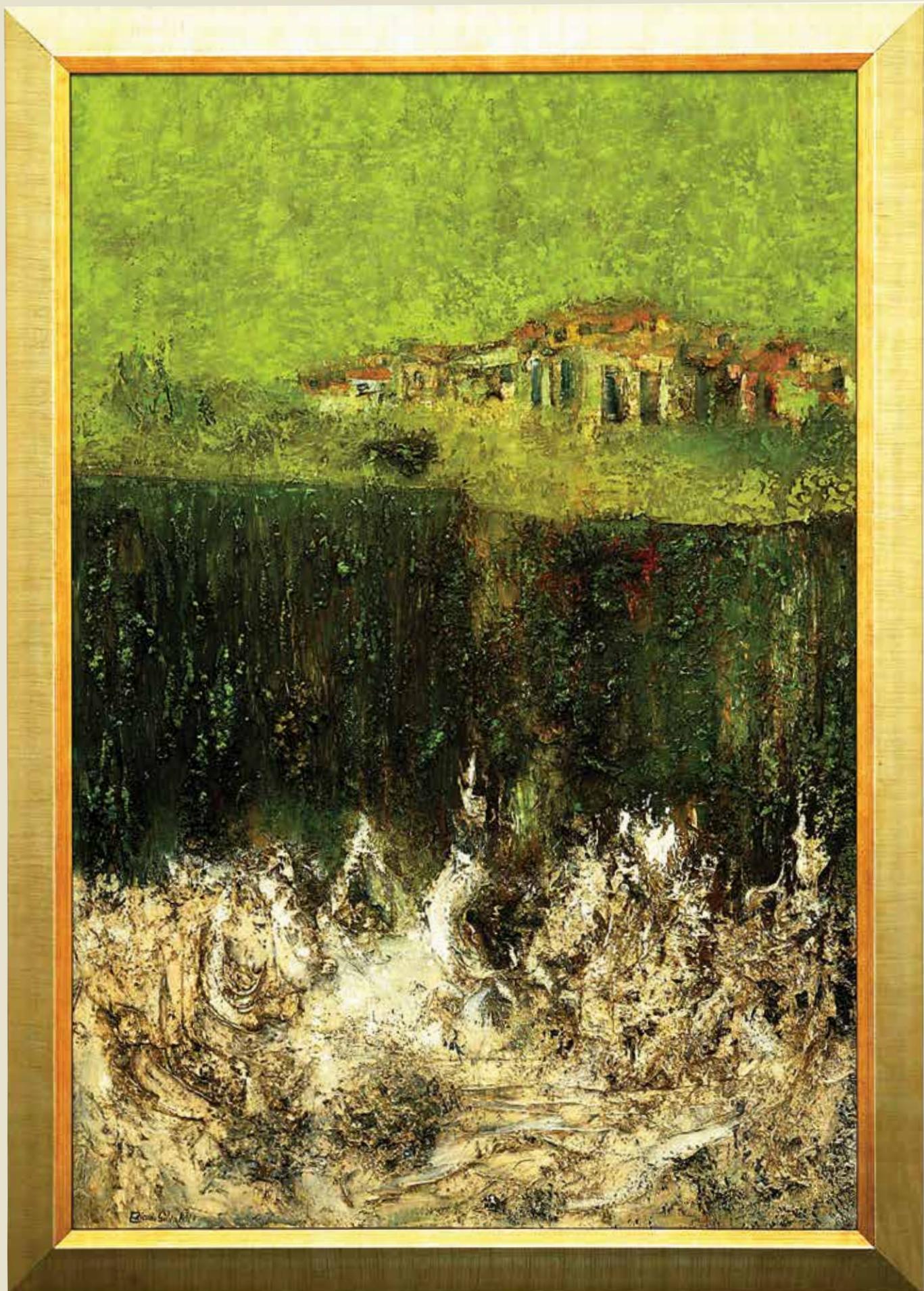
Claudio de Andrade

O autor é desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Foi nomeado pelo Quinto Constitucional da classe dos advogados, tendo tomado posse em 05 de abril de 2004, inicialmente para o Tribunal de Alçada. Com a extinção dos Tribunais de Alçada, foi promovido a desembargador do Tribunal de Justiça, tendo tomado posse em 07 de março de 2005. Nesse período, além de suas funções nas Câmaras Julgadoras, exerceu cargos na Seção Cível, Conselho da Magistratura e no Órgão Especial.

Nascido em Curitiba, em 22 de dezembro de 1947, formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná, em 1971, passando a advogar nas áreas cível, comercial, administrativa, trabalhista e de família, na comarca de Curitiba e em várias outras do Paraná, tendo atuado, ainda em outros estados como São Paulo e Santa Catarina. Ingressou no Instituto dos Advogados do Paraná em 1974, foi professor colaborador de Direito Comercial da UFPR de 1977 a 1979. Na OAB presidiu as eleições da Subseção de Curitiba em 2000, e posteriormente exerceu os cargos de juiz e corregedor do Tribunal de Ética. Exerceu atividades no setor da Fotografia, tendo presidido o Foto Clube do Paraná, participando e obtendo inúmeras premiações de Arte Fotográfica em certames nacionais e internacionais. Escreveu durante vários anos a coluna dominical Fotografia, do jornal Gazeta do Povo. Lecionou Fotografia na Pesquisa Médica, nas Faculdades Federal e Evangélica de Medicina, nos níveis mestrado e doutorado.



Theodoro de Bona - Capela Mairink.



Érico da Silva - Beira do rio.